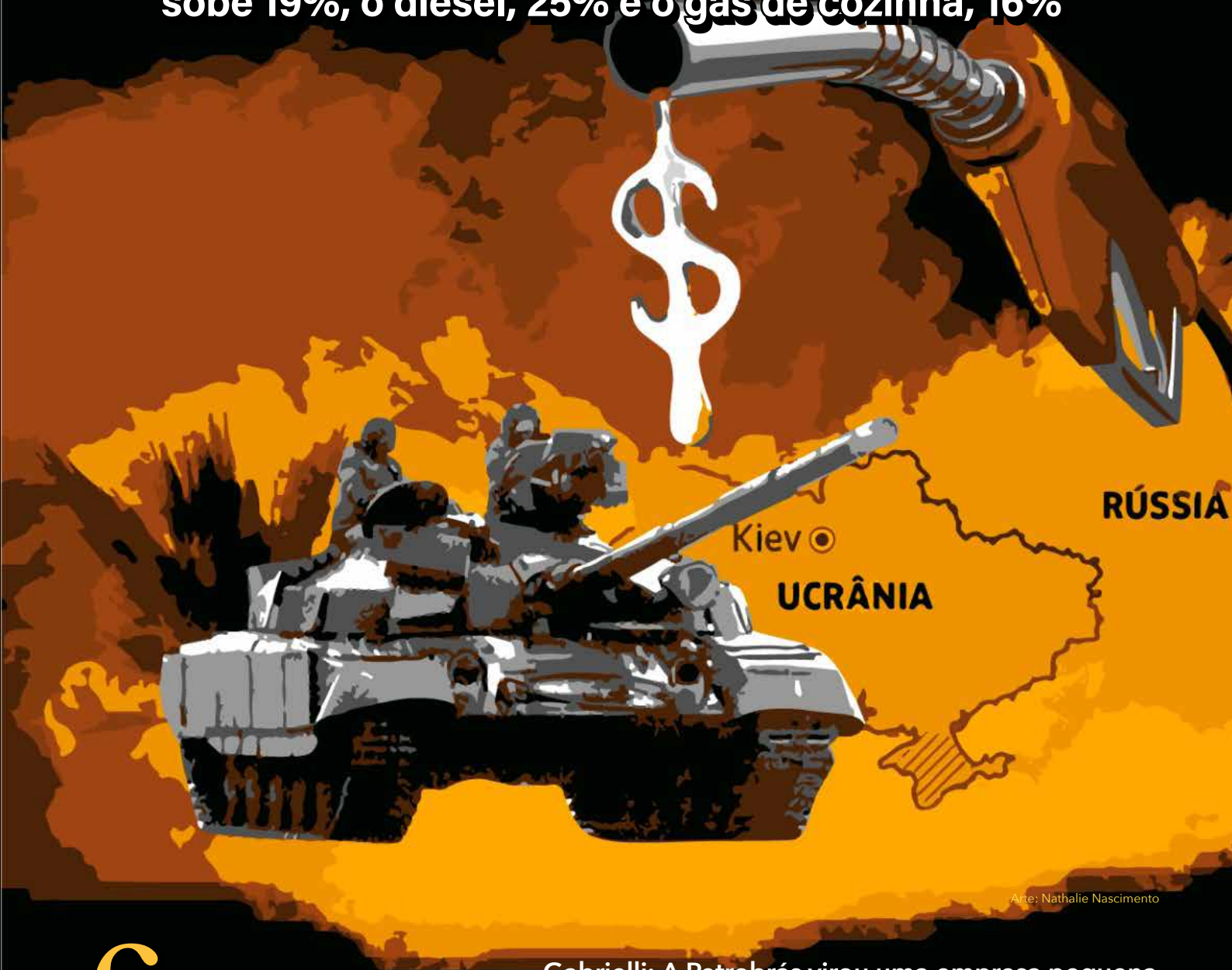


PETRÓLEO EXPLODE

A Guerra na Ucrânia se transforma num jogo sobre a economia global e o destino das nações. No tabuleiro da geopolítica, combustíveis são gênero de primeira necessidade e o Brasil paga caro pelo desmonte da Petrobrás e a política destrutiva de Bolsonaro: a gasolina sobe 19%, o diesel, 25% e o gás de cozinha, 16%



Arte: Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 14 de Março de 2022 Nº 49

Gabrielli: A Petrobrás virou uma empresa pequena

Artistas protestam contra desmonte ambiental

Chile dá guinada à esquerda e sinaliza um novo tempo

A história das cinco rainhas do samba ganha um livro



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

PAÍS SOFRE EFEITOS DA GUERRA: PREÇO DA GASOLINA EXPLODE NAS BOMBAS

O Palácio do Planalto continua a fazer o jogo do mercado, enquanto o país afunda sob o efeito da guerra na Ucrânia. A Petrobrás ignora o povo e aumenta o preço dos combustíveis entre 16% e 25%, enquanto distribui R\$ 13 milhões para pagar dividendos à diretoria

Página 11



EDITORIAL. O desmonte da Petrobrás mostra que o país está sem defesa nesta crise

Páginas 4 e 5

ENTREVISTA. Gabrielli alerta que desmonte da Petrobrás vai custar caro ao Brasil

Página 6

CRISE. O governo admite que há risco de crise de desabastecimento de diesel

Página 13

PROJETO. Proposta do PT aprovada no Senado para segurar os combustíveis

Página 13

CARESTIA. Inflação em alta já está em 10,54%, sem contar os efeitos da guerra

Página 14

LULA. Povo precisa de Estado forte e resgatar o papel da Petrobrás

Página 15

AGORA? Depois de vender fábricas, agora governo fala em plano de fertilizantes

Página 16

ERRO. Petrobrás se desfez de fábricas que permitiriam amenizar a crise no campo

Página 17

PIB. Efeitos da crise no leste europeu tendem a enfatizar a estagnação da economia

Página 18

PROTESTO. Ato em defesa das terras indígenas e do meio ambiente em Brasília

Página 19

OPINIÃO. Líder do PT diz que Bolsonaro lidera um governo de destruição

Página 21

ARTIGO. José Guimarães defende que um outro Brasil é possível, com Lula

Página 22

ELEIÇÕES. Pesquisas mostram liderança de Lula no Nordeste e Sudeste

Página 24

ECONOMIA. O PT salvou o Brasil ao assegurar mais crédito para as pessoas

Página 26

CHILE. Boric assume o poder em festa popular com presença de Dilma

Página 30

CULTURA. As mulheres ocupam espaço e fazem a história do samba

Página 32

MEMÓRIA. Lula lança o Brasil Sorridente e Dilma a Casa da Mulher Brasileira

Páginas 36 e 37

CRÔNICA. Em tempos de guerra aos russos, quem sofre é Dostoiévski

Página 38

O DESMONTE DA PETROBRÁS E O ASSALTO AO POVO

Aloizio Mercadante

Alertamos nas edições anteriores para os desdobramentos da guerra na Ucrânia na economia e a total falta de planejamento, de gestão e de estratégia do governo Bolsonaro. Também para o fato de que o tempo de conflito e a abrangência das medidas de retaliação do Ocidente à Rússia determinarão a extensão do dano no Brasil.

O primeiro grande efeito da guerra em nossa economia se materializou, esta semana, com

o anúncio pela Petrobrás de um novo aumento nos preços dos combustíveis: 18,8% na gasolina, 24,9% no óleo diesel e 16,1% no gás de cozinha. A inflação, que já atingiu 10,54%, será duramente impactada com novos aumentos na taxa básica de juros, mais endividamento público, mais restrições ao crédito, inadimplência e queda no nível de investimentos e na atividade econômica.

Como, desde o golpe contra Dilma Rousseff, e como consequência da Lava Jato, a Petrobrás passa por um processo de esquiteamento. A empresa não tem mais capacidade de cumprir

o papel estratégico de contenção do impacto da variação do preço internacional do petróleo no mercado interno. A Lava Jato e o projeto Temer-Bolsonaro subordinaram a empresa aos interesses de 392 empresas importadoras de petróleo e acionistas minoritários.

A Política de Preço de Paridade de Importação (PPI) dolarizou o preço dos combustíveis no Brasil e relegou a Petrobrás, que descobriu, nos governos do PT, o pré-sal – as maiores reservas de petróleo do século 21 –, a condição de exportadora de óleo cru. Por isso, neste momento crítico de forte alta dos combustíveis no

mercado internacional, a Petrobrás não tem mais capacidade de atuar para regular os preços dos derivados no mercado interno.

Da mesma forma, a dependência das importações de fertilizantes, agravada pela decisão de Bolsonaro de paralisar a construção de uma fábrica de fertilizante pela Petrobrás e a venda de outras três, ameaça a produção de alimentos. Como dissemos anteriormente, Rússia e Belarus são responsáveis por 28% das importações de fertilizantes. Os efeitos no milho, no trigo e na carne de frango e de porco estão postos e colocam ainda mais pressão no custo de vida, penalizando duramente os mais pobres. E, dependendo da evolução e da duração da guerra, poderemos ter uma grave crise no fornecimento de fertilizantes com comprometimento da safra.

A verdade é que as privatizações, a diminuição de carga de processamento e a redução dos investimentos em refino levadas a cabo pela Petrobrás tornaram o Brasil dependente da importação de cerca de 30% de gasolina, diesel e gás. Da mesma forma, o cancelamento de projetos, o arrendamento de unidades e a redução de investimentos fazem com que importemos mais de 80% dos fertilizantes que utilizamos.

Agora, a Petrobrás com menos força, sem a BR Distribuidora, sem a Liquegás, com apenas metade dos navios petroleiros da Transpetro, sem os gasodutos, e refém da PPI, que praticamente indexa o preço dos derivados do petróleo ao valor internacional, não consegue mais reduzir sozinha o preço interno dos produtos.

Esse drama dá a medida da urgência que é recuperar a integração sistêmica entre prospecção, exploração, produção, refino e distribuição da Petrobrás, bem como a retomada de um plano de substituição de impor-

tações para os fertilizantes, que assegure a soberania e a sustentabilidade alimentar.

Mas, à medida que a situação econômica se agrava, Bolsonaro entra em nova etapa, a fase de acelerar os ajustes neoliberais acompanhado pelo populismo eleitoral. Para tentar se viabilizar eleitoralmente depois da tragédia que tem sido o desgoverno até agora, com menção especial à condução desastrosa da pandemia, o Palácio do Planalto adota uma política econômica que pretende acelerar as privatizações e ao mesmo tempo, sem qualquer responsabilidade ou estratégia sustentável, arma uma bomba fiscal para o futuro governo.

Para ficar em alguns exemplos, podemos mencionar a PEC dos Precatórios, com impacto de R\$ 44 bilhões, e a pedalada no reajuste dos servidores. Há também o aumento de despesas como o Vale Gás para 11 milhões de famílias, o reajuste de 10% no salário mínimo, a ampliação da cobertura do Auxílio Brasil, a liberação de R\$ 8 bilhões de contas inativas do Banco Central, R\$ 22 bilhões do FGTS, a anistia do Fies e a abertura de mais de R\$ 100 bilhões em linhas de crédito. Algumas medidas são necessárias, mas o foco dele são as eleições. Por isso, permanece o orçamento secreto e a pulverização de recursos públicos, em um cenário de estagnação da economia e dos menores níveis de investimentos públicos das últimas décadas.

Bolsonaro poderá tentar alguma medida demagógica para segurar temporariamente e de forma artificial o preço dos combustíveis. Estão em debate no Congresso medidas que procuraram mitigar os aumentos, mas que deveriam utilizar a própria cadeia produtiva do petróleo para constituir um fundo estratégico que permita alguma regu-

lação dos preços, como a tributação sobre as exportações de óleo cru e a tributação dos dividendos e ganhos extraordinários da Petrobrás, que vem batendo recordes históricos no pagamento de dividendos.

Entretanto, essas alternativas foram retiradas do projeto original no Senado e o que está avançando é a retirada de recursos fiscais do orçamento público, incluindo estados e municípios, para subsidiar os combustíveis. É inaceitável.

É evidente que não podemos sacar dinheiro do orçamento para financiar o lucro dolarizado dos acionistas privados da Petrobrás. Como já dissemos, o país enfrenta a menor taxa de investimentos públicos em décadas, está com 12 milhões de desempregados e 19 milhões de pessoas passando fome e atravessa uma tragédia na educação e na saúde.

Ao mesmo tempo que avança no populismo fiscal, Bolsonaro ameaça o setor elétrico com a privatização da Eletrobrás. Se levada adiante, essa medida terá efeitos dramáticos no setor, com a perda do poder de regulação do Estado, aumento dos preços e a completa descoordenação do sistema elétrico. Será a repetição no setor elétrico da lógica de financeirização da energia e do caos que se instalou na cadeia de petróleo e gás, a partir do desmonte da Petrobrás.

Bolsonaro tenta a todo o custo reverter o descalabro de três anos de retrocessos e de desgoverno com medidas desesperadas de irresponsabilidade fiscal. Mas, a força do legado dos nossos governos e a liderança de Lula, que ainda pulsam nas "veias abertas" do povo brasileiro, derrotarão o governo da extrema direita, agora acompanhado de populismo neoliberal. Temos muita luta pela frente, e dela dependerá um projeto portador de futuro para o Brasil. •

“A PETROBRÁS SE TORNOU UMA EMPRESA PEQUENA”

Ex-presidente da Petrobrás, o economista baiano diz que o governo está destruindo a maior estatal do Brasil, ao promover seu desmonte, em meio à mais grave crise geopolítica desde o fim da Guerra Fria. “Precisamos ampliar o parque de refino no Brasil. Hoje, importamos 30% do GLP e do diesel, e 20% da gasolina porque estamos com dificuldades de produzir derivados, apesar de termos petróleo”, alerta

**Alberto Cantalice
e Pedro Camarão**

Os preços dos combustíveis estão explodindo no Brasil desde antes da eclosão da guerra da Ucrânia. O conflito só piorou a situação, já fez o preço do barril de petróleo atingir US\$ 139 e deve subir ainda mais. A proibição da importação do petróleo russo para os EUA é um dos fatores que vão provocar mais aumento. Os preços no Brasil pipocaram: aumentos anunciados na quarta, 9, pela Petrobrás variam entre 18% e 25%.

A tentativa de controle dos preços é algo inédito no governo Bolsonaro e, apesar de anunciado pela mídia, não ocorreu. Desde

o Golpe de 2016 o Brasil adotou uma política de paridade com os preços internacionais, o que permitiu que o litro da gasolina chegasse a R\$ 8 em alguns estados. A eventual mudança de atitude é resultado da pressão eleitoral, de acordo com o ex-presidente da Petrobrás José Sérgio Gabrielli.

O fortalecimento do real frente ao dólar é um dos fatores que ajuda no amortecimento das pressões sobre a Petrobrás para o aumento dos preços dos combustíveis. O problema é que o desmonte da estatal provocado pela Lava Jato, mas também por decisões estratégicas tomadas internamente, fez com que o Brasil ficasse dependente da importação de derivados de petróleo e com pouca atuação no setor.

“Hoje, somos um país que passou a ser importador de derivados de petróleo e exportador de petróleo cru, o que é o pior dos mundos”, afirma Gabrielli, que esteve à frente da Petrobrás entre 2005 e 2012. A situação agora faz com que acionistas da Petrobrás ganhem “rios de dinheiro” e o país fique com pouco.

A movimentação de Jair Bolsonaro para tentar reduzir os preços ou evitar que subam ainda mais depende da eleição do Conselho Administrativo da Petrobrás, que ocorre em abril. “É preciso tirar parte do lucro dos acionistas”, defende o ex-presidente, que explica ainda que essa é uma decisão que depende apenas de uma opção política.



Apesar disso, ele não acredita que Bolsonaro vá tomar as medidas necessárias para resolver o problema. Nesta entrevista à **Focus Brasil**, Gabrielli diz ainda que não acha possível que a Europa proíba importação de gás natural da Rússia. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Focus Brasil – A Rússia está entre as maiores exportadoras de petróleo do mundo. Como fica a crise agora?

Sérgio Gabrielli – É verdade que a Rússia é um dos grandes exportadores de petróleo do mundo. Ela é mais exportadora de gás do que de petróleo. Tem uma característica que vale a pena chamar a atenção: a maior parte do petróleo russo é pesado e com alto teor de enxofre. Esse petróleo pesado é usado em refinarias menos sofisticadas, menos complexas. É usado, predominantemente, nas refinarias do Leste da Europa, em

algumas da China e em algumas asiáticas antigas e na África.

Dentro dos EUA, o petróleo pesado também é utilizado por algumas refinarias e é misturado com o petróleo leve quando você tem uma planta com alta capacidade de trabalhar com transformação do petróleo pesado em derivados leves como querosene de aviação, gás de cozinha, gasolina e diesel.

Então, o mercado atendido pela Rússia atinge um conjunto de refinarias no mundo que tem no petróleo pesado a maior parte da sua carga a processar. É mais barato do que o petróleo leve e, portanto, acaba sendo um petróleo que baixa o custo de produção do refino nesses países.

– O jogo mudou no mercado com a proibição dos EUA.

– Com a guerra, que é apenas um agravamento da crise da oferta de petróleo no mundo, principalmente, da redução de investimentos

da década de 2010, essa retirada do petróleo russo já provocou uma elevação dos preços de petróleo. O Brent atingiu US\$ 139. O valor é alto e a velocidade de crescimento também está muito alta.

O anúncio do presidente Joe Biden impedindo a importação de petróleo russo para os EUA vai provocar mais impactos negativos sobre os preços que vão subir mais, principalmente porque a alternativa ao petróleo russo, ironicamente, é Irã e Venezuela. Os EUA estão numa situação complicada. Já mandaram uma missão para negociar com a Venezuela, outra para o Irã e agora querem radicalizar contra a Rússia. Mas o efeito será dramático.

– O senhor falou do petróleo, mas e o gás natural que a Rússia exporta para a Europa? Há possibilidade de proibição?

– É impossível a Europa deixar de usar o gás da Rússia. Ele é quase

50% da oferta de gás da Europa. Evidentemente que há volume de terminais de regaseificação nos portos europeus que permite a entrada de gás natural liquefeito (GNL), vindo da Austrália, do Qatar, de Trinidad e Tobago e dos próprios EUA. Mas o volume é insuficiente para substituir o gás transportado pelos gigantescos gasodutos que ligam a produção russa à Europa. D

epois das crises de 2009 e de 2014, várias alternativas foram tentadas para ampliar a oferta de gás vinda do Norte da África, da própria Rússia para a Alemanha pelo Mar Báltico, o gasoduto NordStream 2, que está pronto, mas sem operar por razões geopolíticas.

– **Não é uma questão simples.**

– A situação de dependência da Europa ao gás russo é muito grande. Estamos vivendo uma situação especial porque com a retomada do crescimento da China, que também é um grande consumidor do gás russo por gasoduto... a China acelerou seu crescimento em 2021 e ao fazê-lo passou a ser uma grande consumidora de GNL.

Com isso, os preços do gás no mercado asiático subiram muito, extraordinariamente, e continuam subindo em 2022. Isso faz com que o preço da energia elétrica na Europa já esteja em condições extremamente elevadas para os consumidores europeus. Essa situação faz com que a saída do GNL seja extremamente cara e, portanto, inviável do ponto de vista econômico.

– **A partir da ascensão de Michel Temer e, depois com o Bolsonaro, a Petrobrás mudou o eixo. Um dos objetivos centrais da Lava Jato foi destruir a Petrobrás. Criada por Getúlio Vargas para ser uma empresa estratégica no desenvolvimento nacional. a empresa papel estratégico, nos governos do PT. Como o senhor**

avalia o desmonte do setor? Tem geopolítica por trás disso?

– Eu concordo, mas acho que é mais ainda. A Lava Jato não teve só o objetivo de destruir a Petrobrás. Quis quebrar a engenharia nacional e derrubar o governo. É mais do que destruir a Petrobrás. A engenharia brasileira de grande porte estava começando a competir com a americana e europeia na América do Sul, África e até dentro dos EUA, antes de ser desmontada pela Lava Jato.

E foi desmontada não só pela

O ANÚNCIO DE BIDEN IMPEDINDO A IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO RUSSO VAI PROVOCAR MAIS IMPACTOS NEGATIVOS SOBRE OS PREÇOS QUE VÃO SUBIR MAIS

Lava Jato, mas também por mudanças de estratégia da própria empresa. Mudanças levaram a reduzir o tamanho da empresa e dar prioridade aos pagamentos da dívida de curto prazo e de dividendos. Estamos hoje pagando esse preço. A crise é mais absurda porque temos produção de petróleo maior do que necessitamos. Somos exportadores. Exportamos quase 1 milhão de barris por dia em 2021. Na margem, somos hoje um grande exportador de petróleo. Produzimos mais do que usa-

mos nas refinarias: 70% vem das áreas do pré-sal desenvolvidas nos governos Lula e Dilma. O que a Petrobrás tem hoje de produção é graças à herança bendita que recebeu dos governos Lula e Dilma.

É bom lembrar que os opositores diziam que o pré-sal era um mito, não existia, era algo economicamente inviável. Mas isso é outro problema mais grave para o consumidor brasileiro. As refinarias estavam para ser construídas... Nós precisamos ampliar o parque de refino no Brasil. Hoje, estamos importando quase 30% do GLP brasileiro, quase 1/3 do diesel e 20% da gasolina porque estamos com dificuldades e limites na capacidade de produzir derivados, apesar de termos petróleo. Não temos capacidade no refino para produzir os derivados necessários. Os governos Temer e o Bolsonaro optaram por, em vez de tentar continuar a montagem das refinarias, ampliar o número de importadores de derivados. O Brasil tem mais de 390 empresas que importam gasolina, diesel, GLP, querosene de aviação, óleo lubrificante e etc. Somos um país que passou a ser importador de derivados de petróleo e exportador de petróleo cru, o que é o pior dos mundos. Com isso, podemos até ganhar quando o preço do petróleo sobe, porque vendemos a preços de exportação mais caros, mas como importamos, pagamos o frete de ida e o de volta, e o valor final fica mais caro. Consequentemente, estamos tendo perda social enorme com tal política.

Para compensar, precisamos ampliar a capacidade de refino e isso não se faz de um dia para o outro. Uma refinaria leva de quatro a cinco anos para sair do projeto para a produção e mais ou menos um ano para projetar uma planta de refinaria. Então, consequentemente, são cinco ou seis anos para construir uma.

– **Tem saída?**

– É preciso tomar medidas de curtíssimo prazo para minorar os impactos da alta do preço sobre os consumidores. Não é possível fazer isso com uma medida só. É preciso uma combinação que vai desde tirar parte do lucro dos acionistas da Petrobrás – e tem que tirar – até tirar parte da tributação porque tem que haver um pouco de transferência de recursos fiscais para diminuir o impacto sobre o consumidor final. E temos que viabilizar a expansão e a melhor eficácia do sistema de logística e de produção nacional de tal maneira que tenhamos mais armazenagem, mais capacidade de gerir a variação dos preços no curto prazo. Não precisamos passar todas as variações de preço a cada dia ao mercado interno. Se não fizer isso e ficarmos só tentando conter o preço do combustível, vamos criar uma bomba de efeito retardado. Dizíamos isso em 2018 quando houve a greve dos caminhoneiros.

Aquela medida era paliativa, mas se não fosse acompanhada de outras medidas de médio e longo prazo – tanto do lado da oferta como do lado da demanda... porque você também tem que eletrificar a frota, aumentar a eficiência dos rotores, você tem que fazer controles de qualidade do uso do combustível. Toda uma série de medidas para ter um impacto de curto prazo e de médio prazo porque os preços do petróleo sobem e descem.

– **Biden decidiu proibir a importação de petróleo russo. Você disse que isso vai fazer com que os preços subam muito, mas não existe uma lógica para o cálculo desse preço?**

– O petróleo é como jogo de futebol. Você compra o ingresso mais caro na mão do cambista. Quando tem um “jogo extraordinário”, uma demanda muito grande... O pe-

tróleo é isso. O preço não é dado pelo custo de produção, mas pela disposição do consumidor de pagar um preço mais alto. Portanto, o preço do petróleo dá uma renda gigantesca a quem produz com baixo custo. A Petrobrás está ganhando uma baba de dinheiro. Hoje, para tirar o petróleo de fundo do mar e colocar em cima do navio, o custo de extração é de US\$ 2 a US\$ 3 por barril. Se você pegar todos os custos, segundo a própria Petrobrás, o chamado CTPP, deve ser em torno de US\$

**O PETRÓLEO
É COMO JOGO
DE FUTEBOL.
VOCÊ COMPRA
INGRESSO MAIS
CARO NA MÃO DO
CAMBISTA. QUANDO
TEM UM “JOGO
EXTRAORDINÁRIO” ...**

29 por barril. Isso incluindo todo o custo. E o barril está sendo vendido hoje a US\$ 129. O ganho é de US\$ 100 por barril. É uma baba de dinheiro. Você pode diminuir isso sem ter prejuízo para o acionista. Não tem porque o acionista ter prejuízo. Agora, não precisa ganhar esse absurdo.

– **Quer dizer, o país joga riqueza fora.**

– Sim. E não só isso. Aconteceu com as refinarias, as Fafens [Fá-

bricas de Fertilizantes Nitrogenados]. A Petrobrás fechou as Fafens na Bahia e em Sergipe, vendeu a fábrica do Paraná, suspendeu a construção das plantas em Mato Grosso, Espírito Santo e Minas Gerais. Com isso, ficamos dependentes 85% da importação de ureia e amônia, dos fertilizantes nitrogenados. Estamos totalmente dependentes da importação do exterior. Por coincidência, grande parte é importada da Rússia. Consequentemente, com a guerra, temos um problema gravíssimo para o agronegócio. No potássio, também estamos com situação grave. Nossas principais jazidas conhecidas estão em Sergipe e no Amazonas e produzem muito pouco. Os investimentos são baixos e a lógica foi de importação. Então, do NPK, nós só temos o K que é o fosfato que o Brasil tem uma participação um pouquinho maior na cadeia da produção de alimentos, o que vai levar ao aumento do custo, à inflação e a mais problemas para o povo.

– **No momento, Bolsonaro vem negando tudo o que sempre fez e começou ainda a falar em mudar a lógica do cálculo dos preços dos combustíveis. Isso é possível para esse governo?**

– Possível, é. Mas quem define o preço dos combustíveis é a diretoria da Petrobrás que, evidentemente, segue as orientações estratégicas do Conselho de Administração. E o governo tem maioria no conselho, mas escolheu, nos últimos anos, pessoas ligadas ao mercado financeiro para compô-lo. E o conselho tem limitações, não pode definir estratégia de prejuízos. Tem que definir estratégia e optar por valorização de médio prazo do capital da empresa versus valorização de curto prazo. Mas não pode definir uma política de

prejuízo aos acionistas. Só que pode diminuir a lucratividade de curto prazo visando aumento do valor do capital no médio e longo prazo. Se vai fazer isso ou não, acho que vai depender... Mas o atual conselho dificilmente vai fazer isso. Vai haver mudança. Em abril ocorrem as eleições e o conselho vai mudar. Os novos integrantes parece que serão menos ligados ao mercado financeiro do que o atual. Nos últimos dois anos, a Petrobrás vem diminuindo a dependência do mercado dentro do conselho e voltando mais para uma lógica industrial, produtiva. Se isso vai levar a uma mudança da política de preços, eu não sei.

– **A acusação que Bolsonaro faz contra os estados, de que a culpa é deles pelos altos preços dos combustíveis, é mentira?**

– É mentiroso, sim. Os governos ganharam aumento da arrecadação de ICMS. Isso é fato. Mas o ICMS não aumenta o preço. Ele captura o aumento do preço que veio da Petrobrás que ajusta os valores na refinaria. Dada a falta de competição maior na distribuição, porque a Petrobrás saiu da distribuição com a venda da BR Distribuidora, e na ponta os postos de gasolina acabam tendo um comportamento cartelizado regionalmente, você tem uma situação em que os preços foram pressionados para cima. Os governadores decidiram congelar em termos nominais o valor do ICMS. E nem por isso os preços deixaram de subir.

– **As eleições estão se aproximando e há possibilidade real de uma vitória do ex-presidente Lula. É preciso um processo de reestatização para que o país possa voltar a ter tranquilidade?**

– Não é uma questão eleitoral. Se nós pensarmos que queremos crescer, com inclusão social,

com o povo melhorando as condições de vida, vamos aumentar o consumo de derivados de petróleo. Isso é inevitável. As pessoas vão andar mais, comer mais, usar mais transporte, mais diesel, mais gasolina... Vai ter que ter mais gás de cozinha. E, portanto, vamos aumentar a demanda por derivados. Com isso, vamos estrangular mais ainda a situação da capacidade de refino que temos. Se não tivermos capacidade, criaremos um problema de limitação da expansão. Portanto,

O PAPEL DO ESTADO É ESTRATÉGICO: DERIVADOS DE PETRÓLEO, A QUESTÃO ENERGÉTICA E ALIMENTAR NÃO SÃO MERAS MERCADORIAS

o papel do Estado e do Estado através da Petrobrás é estratégico. O fornecimento de derivados de petróleo, a questão energética e alimentar não podem ser tratados como mercadorias. São produtos estratégicos, parte do projeto de segurança nacional e de segurança energética.

A guerra da Ucrânia está demonstrando isso de forma clara e o comportamento do mercado internacional em relação à geopolítica mostra que mesmo que alguns que acreditam em fadas

digam o contrário, o petróleo, o gás e a energia são fundamentais para qualquer política de crescimento. Portanto, o papel do Estado é indispensável na retomada de um modelo de crescimento com garantia de abastecimento de combustíveis e de alimentos.

– **No curtíssimo prazo não há muita solução.**

– Não. Isso é uma solução de médio e longo prazo. No curto prazo, vamos ter uma arbitragem dos ganhos e o governo precisará se meter nesse negócio, tirando um pouco dos acionistas, dos governos e dos consumidores. A proporção de cada coisa é uma opção de governo. Bolsonaro vai caminhar, dada a pressão eleitoral, para aumentar a contribuição dos governos e parte, de forma insuficiente, dos acionistas. Mas vai manter um certo custo para o consumidor. Poderíamos ter um mix diferente. Poderíamos penalizar os acionistas que estão recebendo R\$ 100 bilhões de dividendos e vão pagar zero de Imposto de Renda. Poderíamos criar alguma coisa que é comum, nada socialista, uma tributação especial para ganhos extraordinários. Isso permitiria capturar parte desses recursos e redirecioná-los a reduzir o impacto sobre o consumidor dos preços dos derivados.

É uma opção política. A discussão que está ocorrendo no Senado vai levar a essa opção. Do jeito que está... o projeto foi muito modificado, inicialmente tinha um imposto sobre exportações que me parece uma coisa importante porque temos que diminuir o ganho já que o lucro das exportações brasileiras é obscuro, é gigantesco. Teríamos que diminuir esse ganho de exportações para ajudar o consumidor e teríamos que pensar em diminuir a lucratividade do acionista. Não apenas do dividendo do governo, mas do acionista como um todo. •

FOGO NA INFLAÇÃO



Com o megarreajuste dos combustíveis, governo acende a fogueira da carestia e ameaça jogar a economia brasileira na vala dos mortos-vivos. Aumento do diesel, gás e gasolina vai colocar mais pressão na inflação, que já bateu os 10% em fevereiro. O inferno é fogo

De onde menos se esperava, a fogueira da inflação foi acendida pelo governo. Apesar das promessas de que o Palácio do Planalto estava preocupado com as oscilações do mercado internacional, por conta da guerra na Ucrânia, a Petrobrás fez esta semana o impensável. Num arroubo de hostilidade ao povo, a diretoria da estatal acendeu o barril de pólvora inflacionário com um aumento brutal dos combustíveis: 24,9% do diesel, 18,8% da gasolina e 16% do gás de cozinha.

Nos governos do PT, a gaso-

lina e os combustíveis nunca foram uma ameaça contra a vida do povo brasileiro. Com Lula, o litro da gasolina custava R\$ 2. Com Dilma, no auge das pautas-bombas e da sabotagem conduzida pelo PSDB de Aécio Neves, com estímulo da mídia e do mercado financeiro, em 2015, o preço do litro de gasolina girava em torno de R\$ 3,32. Em outubro de 2016, o preço chegou a R\$ 3,73. Na sexta-feira, 10, o litro estava sendo vendido a R\$ 7,89. No Acre, chegou a R\$ 10,55.

Diante da alta crescente dos combustíveis, que em 2021 subiu nada menos do que 46%

– sem que houvesse sido detonada nenhuma bomba no leste europeu – Bolsonaro admitiu que é um fantoche do mercado e de acionistas estrangeiros: “Eu não decido nada, não”. Mentiroso.

A Política de Preços Internacionais (PPI) da Petrobrás, instituída no governo Michel Temer e que dolarizou os preços dos combustíveis, é uma decisão política do governo federal. Com Dilma Rousseff, por exemplo, a gasolina nunca chegou perto de R\$ 8 como agora. É o preço mais alto da história do Brasil. Naquele período, a Petrobrás distribuiu lucro e di-



AC24

Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), Carlos Dahmer. “Não tem como acomodar um aumento desse no combustível no preço de um frete”, justificou o sindicalista.

“Não há mágica. Quem consegue, de um dia para outro, se adaptar a um aumento de 25% no seu custo?”, questiona Dahmer. Ele observa que antes do novo reajuste, que ainda não reflete os aumentos gerados pela Guerra na Ucrânia, o custo do diesel abocanhava 60% do lucro em um típico serviço de frete oferecido por caminhoneiros. Agora, a situação piora.

“É inflação na veia, porque o diesel é usado no agronegócio, no frete, no transporte público urbano, fora o aumento da gasolina”, lembra o pesquisador André Braz, da FGV. O impacto maior do reajuste dos combustíveis será sentido pelo consumidor em março e abril. “Mas isso não leva em conta os efeitos do ‘espalhamento’ dos combustíveis nos demais preços da economia”, explica.

Mas o aumento já anunciado é apenas o primeiro do ano. Segundo o Observatório Social da Petrobras (OSP), ligado à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), a Petrobras não repassou os reajustes internacionais do preço do barril de petróleo ao mercado interno. Então, outros aumentos-bomba podem ser esperados pelos brasileiros nas próximas semanas.

Com os desdobramentos da guerra no leste europeu, o barril de petróleo ultrapassou US\$ 130 (R\$ 656). Quando a Petrobras anunciou o último aumento, em 11 de janeiro, o barril custava cerca de US\$ 83 (R\$ 419). Estima-se que a guerra possa jogar o preço do Brent para US\$ 150 nas próximas semanas. É fogo no parquinho do brasileiro. •

NO OLHO Posto de abastecimento no interior do Acre: gasolina a R\$ 9,50.

videndos no volume médio do mercado internacional. E isso pode ser comprovado em qualquer relatório.

Agora, enquanto a Petrobras mantém R\$ 106,6 bilhões em caixa, com o lucro obtido com as operações no ano passado – graças à irresponsável política de desmonte de patrimônio, desinvestimento e venda de refinarias e outros ativos – a empresa se prepara para distribuir um bônus milionário aos seus diretores. A Petrobras propõe a seus acionistas separar R\$ 13,1 milhões para o pagamento de bônus a seus diretores em 2022. Isso significa que cada um dos nove diretores – incluindo o General Joaquim Silva e Luna – deve embolsar pelo menos R\$ 1,450 milhão.

Enquanto isso, a economia brasileira segue rumo a uma perigosa escalada inflacionária, que vai empobrecer os mais pobres e se espalhar por todos os setores, com um rastilho de pólvora. O aumento-bomba dos combustíveis provocará uma reação em cadeia na inflação, alastrando-se para o frete e os transportes.

O reajuste dos combustíveis também afetará duramente o varejo. Segundo o jornal *Valor Econômico*, consultorias reviram projeções para as vendas de combustíveis e lubrificantes no ano, com baixas de 0,5% e 0,6%, respectivamente. Antes, havia projeções de alta de 2,4% e 1,6%. “Não há mais condição de trabalhar”, desabafou o diretor da Confederação

“É INFLAÇÃO NA VEIA, PORQUE O DIESEL É USADO NO AGRONEGÓCIO, NO FRETE, NO TRANSPORTE PÚBLICO URBANO, FORA O AUMENTO DA GASOLINA”

INCOMPETÊNCIA. HÁ RISCO DE DESABASTECIMENTO

O ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque, admite que o “desbalanceamento” entre oferta e demanda por petróleo e seus derivados, intensificado pela guerra na Europa, pode ir além do aumento de preços e provocar desabastecimento dos mercados. “Talvez não tenha diesel para atender a demanda de todos os países”, anunciou, candidamente.

Albuquerque aponta que os estoques de diesel nos Estados Unidos estão 20% abaixo da capacidade. Segundo o ministro, até os países do Oriente Médio foram afetados e perderam 40% da capacidade de armazenamento desse combustível.

Ele declarou que os estoques estão sendo acompanhados regionalmente pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo a ideia é manter os estoques em níveis mais elevados, quanto mais os tanques de armazenamento estão distantes das refinarias.

O ministro lembrou que a preocupação com a desabastecimento levou o governo a construir um comitê de monitoramento, formado por órgãos do governo, para acompanhar a situação. Sobre a alta dos preços, Albuquerque disse que essa não é uma preocupação só do Brasil, mas do mundo.

“Na retomada econômica do mundo em 2021, começou a haver aumento da demanda. Ocorre que a oferta não se recupera imediatamente. O aumento da produção leva um tempo”. •



Alessandro Dantas

CORREÇÃO DE ROTA Relator do substitutivo, Jean Paul Prates (PT-RN) critica a manutenção da política de paridade de preços da Petrobrás

PROJETO DO PT PARA BARATEAR GASOLINA

Propostas aprovadas estabilizam preços de combustíveis. Entre os temas votados estão uma medida que altera cobrança do ICMS e outra cria conta de estabilização

O Senado Federal aprovou, na tarde de quinta-feira, por 68 votos a 1, o projeto de lei que altera a regra de incidência do ICMS sobre os preços dos combustíveis. Em seguida, a proposta de substitutivo apresentado pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN) foi aprovada pela Câmara. As medidas tratam de três pontos: alteração na cobrança de impostos sobre combustíveis, conta de estabilização e subsídios.

Outra proposta, o projeto de lei 1472/2021, aprovado pelo Senado, cria fundo destinado a amenizar a oscilação dos preços dos combustíveis. A ideia é que, se os preços sobem a ponto de ultrapassar um limite, os recursos desse fundo serão usados para

impedir a alta. Quando os preços recuarem para abaixo de certo valor, o fundo se capitaliza.

O substitutivo de Jean Paul prevê alíquota única do ICMS para todo o país, com incidência por uma única vez do imposto sobre combustíveis, inclusive importados. Também concede isenção do PIS/Pasep e da Cofins em 2022 sobre os combustíveis. Deverão ser submetidos a essa tributação o diesel, o biodiesel, a gasolina, o etanol anidro (que é misturado à gasolina), o gás liquefeito de petróleo (GLP) e o gás liquefeito de gás natural (GLGN).

O projeto originalmente foi apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) e cria a conta de estabilização do preço do petróleo e barra a dolarização ado-

tada após o Golpe de 2016. Jean Paul ainda relatou o PLP 11/2020, que moderniza a cobrança de impostos de derivados de petróleo.

Os sucessivos aumentos de combustíveis, como o anunciado pela Petrobrás, se tornaram o principal fator de pressão sobre a inflação, que superou 10% e continua com tendência de alta.

“O objetivo é amenizar o impacto dessa aventura, desse laboratório chamado PPI [Preço de Paridade de Importação]. Desde 2017, exterminamos mecanismos de estabilização de preços, como Cide, conta-petróleo, patamar de reajuste”, critica Jean Paul. “Tudo está contaminado pelo preço dos combustíveis. Temos que corrigir isso de forma emergencial”.

“Para um país que conquistou a autossuficiência em petróleo e possui parque de refino representativo como o Brasil, a atual política de preços dos combustíveis praticada pela Petrobrás, com o beneplácito do governo, é inapropriada”, insiste.

“A metodologia de PPI adotada, que repassa a elevação dos preços do petróleo e a desvalorização cambial de forma automática para os consumidores, é uma guilhotina que, com frequência quase mensal, corta o orçamento das famílias e a receita de trabalhadores autônomos de transporte de carga e de passageiros”.

Apenas em 2021, a Petrobrás aumentou 11 vezes o preço de refinaria da gasolina e nove vezes o do diesel, totalizando a elevação

de respectivamente, 73% e 65%. Na quinta-feira, a Petrobrás voltou a apresentar novos reajustes: 24,9%, no diesel; 18,8%, na gasolina; e 16,1% no gás de cozinha.

A conta de estabilização de preços criada pelo PL 1.472 busca evitar a volatilidade dos preços de combustíveis a partir da definição de uma banda de preços, estabelecendo limite superior e inferior de variação. A diferença entre esses limites será compensada pelo programa de estabilização para impedir os aumentos automáticos. Em momentos de baixa dos preços, o programa acumularia recursos que poderiam ser utilizados quando a situação se inverter.

O relatório de Jean Paul prevê como fontes de recursos para a nova conta as receitas extraordinárias obtidas com a elevação dos preços do petróleo. “Só entra em campo quando o cenário de preços é excepcional, e por isso se alimenta de fontes excepcionais”, justifica. “Os recursos que vêm como depósito inicial são oriundos dos dividendos estratosféricos aferidos pela Petrobrás, mas apenas sobre os valores pagos à União”.

Além disso, o cálculo será feito sobre o excedente de dividendos em relação à previsão original. Jean Paul destacou que o lucro da empresa superou os R\$ 100 bilhões, cabendo R\$ 40 bilhões à União. A previsão era de R\$ 18 bilhões. Portanto, pelo projeto, a conta de estabilização de preços poderá ser abastecida pela diferença de R\$ 22 bilhões. •

“O OBJETIVO É AMENIZAR O IMPACTO DESSA AVENTURA, DESSE LABORATÓRIO CHAMADO PPI: PREÇO DE PARIDADE DE IMPORTAÇÃO

INFLAÇÃO ACELERA E JÁ ESTÁ EM 10,54%

Bolsonaro conquistou novo recorde: a inflação em 12 meses já está na casa de 10,54%. E estamos olhando para o passado. Pressionada pelos reajustes de mensalidades escolares e pelo encarecimento dos alimentos, a inflação oficial acelerou a 1,01% em fevereiro. É quase o dobro da taxa de 0,54% registrada em janeiro, segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgados na sexta-feira, 11, pelo IBGE.

O resultado foi o mais elevado para meses de fevereiro desde 2015. A inflação acumulada em 12 meses subiu a 10,54%, ante uma meta de 3,5% perseguida pelo Banco Central este ano. É mais uma prova do fracasso da política econômica conduzida por Paulo Guedes, que está produzindo desemprego em massa, carestia recorde e paralisia da atividade econômica. Combinados, os efeitos dessa política econômica são devastadores para a maioria da população.

Em fevereiro, todas as nove classes de despesas que integram o IPCA registraram alta de preços. Os gastos com educação subiram 5,61%, mas também houve forte pressão da alta de 1,28% no custo da alimentação, impactada por problemas climáticos que prejudicaram diferentes lavouras. A batata-inglesa subiu 23,49%, enquanto a cenoura aumentou 55,41%.

Os aumentos permanecem disseminados na economia como um todo: 75% dos produtos e serviços investigados pelo IBGE ficaram mais caros em fevereiro. As perspectivas não são favoráveis, diante do megarreajuste nos combustíveis nas refinarias. O aumento nos combustíveis se espalhará por outros produtos. •

POVO PRECISA DE ESTADO FORTE E RESGATE DA PETROBRÁS

Lula: “Vocês acham que, se a Eletrobrás estivesse na mão de um empresário privado, ele iria fazer o Luz para Todos como nós fizemos, investindo R\$ 20 bilhões para levar energia para o povo que vivia à base do candeeiro? Não faria”

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender que o Estado brasileiro precisa ser fortalecido para retomar um projeto de desenvolvimento da Nação que combine Justiça Social e combate à desigualdade. Em encontro com movimentos de mulheres, na quinta-feira, 10, ele defendeu a reconstrução do Brasil e que o Estado precisa estar comprometido com as necessidades do povo.

“Eu achei que a gente tinha evoluído quando fez a Constituição de 1988. Mas eles foram destruindo todos os avanços e construindo a narrativa”, criticou. “Foi assim na reforma da Previdência, com a narrativa de que a Previdência era deficitária. Nunca disseram que, até 2014, era superavitária e que será sempre enquanto houver milhões e milhões de brasileiros trabalhando, e não desempregados como estão hoje”.

Em 2022, as eleições são uma oportunidade para a maioria da sociedade se opor ao desmonte de direitos – como a reforma trabalhista. “Não pode ser a candidatura de Lula pelo PT, mas a candidatura de um movimento que queira reconstruir a democracia de verdade”, defendeu. “É hora de lutar por um Brasil soberano”.

“A gente vai ter que dizer que, se a gente ganhar as eleições, a gente vai rediscutir o papel da

Petrobrás”, destacou. Ele lembrou que a estatal – nos governos do PT – era exportadora de gasolina. “Destruíram a Petrobrás e hoje tem 410 empresas importando o preço da gasolina, e nós pagando o preço em dólar”, advertiu.

“Se nós somos autossuficientes com o pré-sal, qual é a explicação? A não ser a submissão da soberania brasileira aos interesses mercantilistas daqueles que destruíram a Petrobrás, que venderam os gasodutos que nós construímos, que venderam a BR e que querem privatizar os Correios, o Banco do Brasil e a Eletrobrás”, denuncia.

Lula ressaltou que a política de privatizações, adotada depois do Golpe de 2016, com a ascensão de Michel Temer e, depois, Jair Bolsonaro, está sabotando a capacidade do país de traçar os próprios rumos. “Vocês acham que, se a Eletrobrás estivesse na mão de um empresário privado, ele iria fazer o Luz para Todos como nós fizemos, investindo R\$ 20 bilhões para levar energia para o povo que vivia à base do candeeiro? Não. Só pode fazer isso o Estado, se o Estado tiver compromisso com a sociedade. E nós precisamos ter coragem de dizer, e quero que as pessoas ouçam: eu não quero um Estado subalterno, eu quero um Estado forte, para ter poder de decisão”, afirmou.

Lula disse que tem se colocado à disposição para ser candidato

por acreditar que é possível não só recolocar o país no rumo da democracia real como também realizar mais do que foi feito nos governos dele e de Dilma. “Se for para fazer apenas igual, eu não preciso voltar. É preciso mais conquista para a sociedade, porque essa gente ignorante que faz parte da elite brasileira precisa saber que uma sociedade justa não é aquela em que eles podem tudo e os outros não podem nada. É aquela em que todo mundo pode um pouco”, discursou.

“O mundo justo que queremos é o mundo em que o filho de uma companheira como essa, que é seringueira no Maranhão, tenha a oportunidade de estudar no mesmo banco de escola do filho do dono do seringal. E que ele dispute quem é que vai ser doutor ou não”, completou. A luta, porém, não será fácil, avisou.

“Não existe essa de já ganhou. Eleição, a gente só sabe o resultado depois da apuração. Então, a gente vai ter que ter muita habilidade para construir nossas alianças, muita habilidade para conviver com pessoas. Eu quero construir um leque de pessoas que ajude a governar este país para a gente mudar. Quando a gente ganhar, a gente vai ter que ter maioria no Congresso Nacional, se não, como a gente vai construir? A gente precisa construir no processo eleitoral”, disse. •



OUTROS TEMPOS Em 2014, Dilma inaugura em Uberaba a pedra fundamental da fábrica de fertilizantes da Petrobrás

BOLSONARO AGORA QUER PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES

Depois de vender as plantas da Petrobrás que produziam insumo para a agricultura, governo diz que reduzir a dependência externa. Mas Temer e o extremista entregaram fábricas na bacia das almas

O Golpe de 2016 produziu uma crise na base da agricultura brasileira. Em janeiro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro encerrou as atividades da fábrica de Fertilizantes da Petrobrás, em Araucária (PR). Dois anos antes, o golpista Michel Temer dava o caminho das pedras ao sucessor, fechando a fábrica de fertilizantes nitrogenados da Bahia e de Sergipe.

O Golpe de 2016 produziu uma crise na base da agricultura brasileira. Em janeiro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro encerrou as atividades da fábrica de Fertilizantes da Petrobrás, em Araucária (PR). Dois anos antes, o golpista Michel Temer dava o caminho das pedras ao sucessor, fechando a fábrica de fertilizantes nitrogenados da Bahia e de Sergipe.

rou as atividades da fábrica de Fertilizantes da Petrobrás, em Araucária (PR). Dois anos antes, o golpista Michel Temer dava o caminho das pedras ao sucessor, fechando a fábrica de fertilizantes nitrogenados da Bahia e de Sergipe.

Assim, a Petrobras deixou de ser a maior produtora mundial de nitrogenados, abandonando o Brasil, o quarto consumidor mundial de fertilizantes, à mercê dos humores do mercado. A guerra na Ucrânia mostra que a decisão tomada por Temer e Bolsonaro deixaram o país vulnerável no momento mais grave da economia

global dos últimos 30 anos.

O Brasil é o quarto maior produtor de grãos do mundo e o segundo maior exportador. Essa produção exige a utilização de fertilizantes e hoje 85% desses produtos são comprados no mercado internacional, sendo que a Rússia é um dos maiores fornecedores do insumo para o agronegócio.

Diante do potencial risco de desabastecimento de fertilizantes no Brasil como efeito da guerra, Bolsonaro lançou na sexta-feira, 11, em cerimônia no Palácio do Planalto, o Plano Nacional de Fertilizantes. A ideia é reduzir a depen-

dência do país das importações dos insumos. Bolsonaro chegou a dizer que o plano, cobrado por setores do agronegócio há anos, veio de “forma tardia, mas veio”.

Mentiroso, ele não lembra que foi um dos artífices do golpe mortal contra a agricultura ao vender fábricas de fertilizantes. Pior é a posição da ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Ela teve o desplante de dizer na cerimônia que o Brasil poderá um dia zerar a importação dos fertilizantes, mas que o plano não busca a autossuficiência brasileira dos insumos.

O governo corre atrás do prejuízo e prevê ações para a produção dos insumos nacionalmente, por 28 anos, até 2050. “Não estamos buscando autossuficiência, mas, sim, capacidade de superar desafios e manter nossa maior riqueza, o agronegócio”, comentou a ministra ruralista.

Ou seja, se depender de Bolsonaro e da turma do agronegócio,

o Brasil permanecerá exposto aos humores do mercado, porque o governo não tem interesse em garantir a autossuficiência em fertilizantes. Ela mesma mostrou como o país está de joelhos perante os interesses estrangeiros.

No início de março, a ministra disse que o Brasil tomou uma decisão equivocada ao paralisar a produção nacional de fertilizantes. Para ela, a autossuficiência é uma questão de segurança alimentar e até de segurança nacional. Dois dias depois, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu: “Fo-

ram os governos de Temer e Bolsonaro que erraram, não o Brasil, fechando fábricas de fertilizantes na Bahia, em Sergipe e no Paraná”.

Na sexta-feira, a ministra voltou ao tema. “No potássio, nosso maior desafio, dependemos 96% de importações. Temos perspectivas de longo prazo para exploração no Brasil, mas nesse momento é fundamental pensar que precisamos manter nosso agronegócio competitivo”, disse Tereza. “Não estamos apenas reagindo a uma crise, estamos tratando de problema estrutural”.

No momento em que o governo pressiona pela aprovação de projeto de lei, no Congresso, que autoriza a exploração mineral em terras indígenas, a ministra ainda defendeu que o Brasil é uma “potência mineral, assim como é potência agroambiental”.

O Ministério da Agricultura diz que o objetivo do plano é garantir uma autonomia do Brasil de 50% em relação à produção do insumo.

O secretário de Assuntos Estratégicos (SAE), Flávio Rocha, afirmou que o Itamaraty busca o cumprimento de contratos de importação de fertilizantes. “Estamos frente a um desafio complexo: na última década, desde 2010, o consumo de fertilizantes aumentou em 66%, enquanto a produção nacional diminuiu 30%. É equação que não se fecha”, declarou. Ele só não disse que a produção diminuiu por uma decisão tomada por Temer e aprofundada por Bolsonaro. •

LULA: “FORAM TEMER E BOLSONARO QUE ERRARAM, NÃO O BRASIL, FECHANDO FÁBRICAS DE FERTILIZANTES NA BAHIA, EM SERGIPE E NO PARANÁ”

PETROBRÁS SE DESFEZ DAS FÁBRICAS

Em outubro de 2017, a Petrobrás, sob a administração criminosa de Pedro Parente, abriu um leilão internacional para venda dos equipamentos que foram comprados para Unidade de Fertilizantes Nitrogenados V, que seria instalada pela estatal no município de Uberaba, em Minas Gerais. As obras do projeto seriam tocadas pelo consórcio Toyo-Setal por R\$ 2,1 bilhões, mas acabaram interrompidas.

A fábrica foi batizada como Unidade de Fertilizantes Nitrogenados José Alencar, em homenagem ao ex vice-presidente da República, em 2014, quando teve sua pedra fundamental lançada pela então presidenta Dilma Rousseff e a presidenta da Petrobrás, Maria das Graças Foster.

Em 2017, o governo Temer se desfez da planta. A Petrobrás acabou vendendo no leilão as esferas de amônia, tanque de armazenagem de amônia, transformador de entrada de energia, bombas centrífuga, submersível, filtros, e outros equipamentos. Em agosto de 2020, a Petrobras arrendou duas fábricas de fertilizantes, na Bahia e em Sergipe, para o grupo Unigel.

A planta de Uberaba teria capacidade de produção de 519 mil toneladas por ano de amônia e iria consumir 1.257 mil m³ por dia de gás natural. Integrante do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), o projeto teve seu primeiro prazo de partida previsto para dezembro de 2014. O investimento inicial era de US\$ 1,3 bilhão, com conteúdo local de 65%. •

DE VOLTA AO VELHO MODELO

O PIB recupera perdas de 2020, mas a perspectiva é de estagnação ao longo deste ano. Os efeitos inflacionários da guerra entre Rússia e Ucrânia tendem a agravar o cenário

Guilherme Mello

O IBGE divulgou em março os resultados das contas nacionais de 2021, quando o PIB brasileiro cresceu 4,6%, recuperando-se da queda de 3,9% do ano anterior. No entanto, caso a análise seja feita a partir do PIB per capita, o cenário se inverte. A alta de 3,9% em 2021 não foi capaz de compensar a queda de 4,6% registrada em 2020. Tal resultado já era esperado por boa parte dos analistas, que em média previam alta de 4,5%. Mas os dados ficaram abaixo das expectativas do governo, que esperava crescimento acima de 5%.

O resultado do quarto trimestre veio no teto das estimativas, puxado por um aumento mais forte no setor de serviços – pela ótica da oferta – e pelo consumo das famílias – pela percepção da demanda. O crescimento do setor de serviços no último trimestre em relação ao anterior foi de 0,5%, totalizando um aumento de 4,7% no ano, recuperando as perdas de 4,3% registradas em 2020.

Já o consumo das famílias surpreendeu ao apresentar um crescimento de 0,7% em relação ao trimestre anterior, totalizando alta de 3,6% em 2021. Outro destaque positivo foi a recuperação dos



investimentos (FBKF), que teve alta de 17,2% no ano, após queda de 0,5% em 2020.

O destaque negativo segue sendo a indústria, que apresentou queda de 1,2% em relação ao trimestre anterior, registrando

a terceira queda consecutiva do setor. No acumulado do ano, o crescimento da indústria foi de 4,5%, mas mesmo assim o setor se mantém abaixo dos níveis pré-pandemia.

Se o resultado de 2021 foi suficiente para recuperar as perdas de 2020, as expectativas para 2022 seguem sendo de estagnação econômica, com riscos recessivos consideráveis. O “carregamento estatístico” para o atual ano que resultará da taxa de crescimento do PIB em 2021 é de apenas 0,3%.

Ou seja, caso a economia não apresente nenhum crescimento real, o PIB ao final do ano registrará alta de 0,3% devido a fatores puramente estatísticos. Curiosamente, essa é exatamente a expectativa de crescimento do PIB presente no boletim Focus, do Banco Central, o que denota que o mercado financeiro prevê estagnação da atividade neste ano.

Tal comportamento pode ser explicado por um conjunto amplo de fatores, onde se destacam as recorrentes pressões inflacionárias, que devem pelo segundo ano consecutivo levar o IPCA a fe-

char o ano acima do teto da meta, provavelmente próximo a 6%.

Os efeitos inflacionários da guerra entre Rússia e Ucrânia tendem a agravar esse quadro, elevando o preço das commodities, em particular de combustíveis e alimentos. Dessa forma, o BC brasileiro deve prolongar o ciclo de aumento da taxa de juros, que pode fechar o ano acima de 12,5%, inibindo qualquer possibilidade de retomada vigorosa do crescimento.

Para se contrapor a essa tendência estagnacionista, o governo Bolsonaro tem se valido de um conjunto de medidas fiscais e parafiscais, visando combater os efeitos recessivos da política monetária. No entanto, mesmo as medidas já anunciadas não representam um impulso fiscal positivo relevante, apesar de poderem ter algum efeito político no curto prazo.

A nova rodada de estímulos, que inclui nova liberação do FGTS, redução do IPI, novas linhas para renegociação de crédito e eventual redução na tributação sobre combustíveis, pode apresentar algum impacto na inflação e no consumo das famílias, mas é provável que seja incapaz de reverter a trajetória de estagnação econômica prevista para 2022. •

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)



ATENTOS E FORTES Jovens tomam a Esplanada dos Ministérios em protesto contra o pacote de destruição ambiental

REAÇÃO AO NOVO ATAQUE CONTRA INDÍGENAS E MEIO AMBIENTE

Ato realizado em Brasília, liderado por Caetano Veloso, reúne militantes, líderes indígenas, artistas e representantes da sociedade civil e denuncia pacote de destruição ambiental do governo

O Brasil mostrou o seu melhor na última quarta-feira, 9, contra o governo do extremista Jair Bolsonaro, ao reunir milhares de pessoas em frente ao Congresso Nacional. O ato convocado pelo cantor Caetano Veloso, artistas, ambientalistas, líderes indígenas e estudantes, denunciou o ataque do governo contra o meio ambiente, os povos originários e a vida dos brasileiros.

“O Senado tem o poder e a responsabilidade de impedir mudanças legislativas irreversíveis que,

ao ceder a interesses especiais, impõem um preço imenso à sociedade e colocam em risco o futuro do país”, denunciou Caetano, diante do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ele lembrou os recentes desastres ambientais que especialistas atribuem às mudanças climáticas – deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro que mataram mais de 200 pessoas e inundações na Bahia e Minas Gerais. “Nenhuma dessas imagens de um futuro distante, senhor Presidente. Está acontecendo agora”.

Apesar da pressão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL, aliado do Planalto, anunciou que os líderes dos diferentes partidos concordaram que as mudanças na legislação serão analisadas em abril. Com a ajuda da bancada ruralista e do lobby das mineradoras, Bolsonaro espera aprovar no Congresso um conjunto de projetos de lei que favorece o desmatamento, facilita a grilagem de terras, amplia o uso de agrotóxicos e ataca os povos indígenas, dificultando a demarcação e permitindo o garimpo em suas terras.

OS PROJETOS DO PACOTE DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

PL 2.159/21

Da forma como foi aprovado na Câmara, elimina a necessidade de licenciamento ambiental para diversas obras. Está em discussão no Senado.

PL 2.633/20 e PL 510/21

O primeiro deve ser apensado ao segundo por tratarem de temas semelhantes. Para ambientalistas, os textos podem facilitar a grilagem de terras.

PL 490/07

É o PL do Marco Temporal. Altera a legislação sobre demarcação de terras indígenas, dificultando que os povos originários reivindicuem seus territórios. Já foi aprovado na CCJ da Câmara e aguarda votação em Plenário.

PL 191/20

Regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. O governo Bolsonaro quer aprová-lo sem debater o tema com os povos indígenas.

PL 6.299/02

Altera a Lei dos Agrotóxicos, facilitando a importação dessas substâncias, algumas delas proibidas em outros países devido aos efeitos nocivos à saúde humana.

ATIVISMO Ato realizado na Esplanada, que contou com Caetano Veloso, buscou alertar a opinião pública para os retrocessos que Bolsonaro quer passar

Bolsonaro usa o pretexto da guerra na Ucrânia, que ameaça o fornecimento de fertilizantes da Rússia para uso na agricultura nacional, e estimula a permitir a mineração em terra indígena, em busca de potássio. A medida tem amplo apoio entre os aliados de Bolsonaro e o poderoso lobby ruralista no Congresso Nacional.

“Não vamos aceitar (a extração de) potássio em terras indígenas, para pagar a conta de quem está se matando. Chega de sangue indígena!”, criticou a ativista Sônia Guajajara, membro da tribo Guajajara, do Maranhão, e coordenadora-executiva da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apoib).

Na manhã de quarta-feira, durante audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, a ativista indígena Txai Suruí, do povo Paiter Suruí, de Rondônia, fez um apelo. “Espero que esse requerimento não passe porque, com o enfraquecimento das nossas leis ambientais e dos nossos órgãos ambientais, (...) estaremos decretando, e não devemos ter medo de falar, um genocídio”, denunciou.

Ela alerta que Bolsonaro promove um ataque diário aos povos indígenas. “Este é mais que um Ato pela Terra, é um ato pelas nossas vidas, pela vida dos povos indígenas, que, diariamente, são ameaçados, têm os seus territórios invadidos e

destruídos, que têm a sua segurança alimentar afetada e têm todas as nossas famílias colocadas em risco”, disse. “A gente está realmente vivendo uma guerra dentro dos territórios indígenas, e a pergunta é: quando vão tirar os 20 mil garimpeiros que estão do território Yanomami? Quando vão tirar as 6 mil cabeças de gado que estão dentro da terra indígena Uru-eu-uau-uau?”

Em nota, a ONG WWF, denunciou que a maior parte das jazidas minerais utilizadas na produção de fertilizantes se encontra fora de terras indígenas. Além disso, lembrou que há outros minerais que podem ser usados para a produção de fertilizantes. Isso sem contar o grave atentado aos direitos indígenas que constitui a aprovação de uma lei sem ouvir o que pensam as populações originárias.

O Ministério Público Federal se manifestou contrário ao projeto. Na terça-feira, 8, a Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, vinculada à Procuradoria Geral da República, afirmou que a proposta é inconstitucional. “O estado de beligerância, de ameaça externa ou mesmo a declaração de guerra entre dois ou mais países não autorizam a diminuição do sistema de proteção internacional dos direitos humanos, particularmente das minorias e de grupos vulneráveis”, observa. •

GOVERNO DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

Dois projetos têm que ser denunciados: o PL 2159, que viola o meio ambiente; e o PL 191, que abre terras indígenas para a mineração

Reginaldo Lopes

A manifestação de artistas, povos originários e de ativistas em Brasília, na quarta-feira, 9, em defesa da Terra e contra o pacote da destruição patrocinado pelo governo Bolsonaro e sua base no Congresso, mostrou que a sociedade brasileira está cansada de tanta destruição ambiental em nome de interesses privados e de criminosos que enriquecem às custas do aniquilamento da natureza.

Os biomas do Brasil, em especial a floresta amazônica e o cerrado, estão sob grave risco. Os direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais da Amazônia têm sido massacrados em nome de um capitalismo bárbaro. A razia contra a natureza ocorre num momento em que o planeta se alarma com as mudanças climáticas e a destruição da biodiversidade, o que pode pôr em risco a própria espécie humana. Mas a base bolsonarista no Congresso se orienta apenas por cifrões, interesses imediatos e individualismo.

Diferentes projetos que tramitam no Congresso fragilizam o arcabouço legal de proteção do meio ambiente e dos direitos de povos e comunidades tradicionais. Mas, pior, abrem caminho para práticas ilícitas como grilagem de terras, corrupção e atividades criminosas na Amazônia. Tão ciosos em defender os direitos privados à propriedade, a base parlamentar antiambiental estimula a invasão de áreas públicas e indígenas.



No meio do pacote da destruição, dois projetos gravíssimos têm que ser denunciados aos brasileiros e à comunidade internacional: o PL 2159/2021, já aprovado e em tramitação no Senado, viola frontalmente os instrumentos da política nacional de meio ambiente e sepulta todas as conquistas acumuladas nessa área em décadas.

O segundo é o PL 191/2020, que abre territórios indígenas para a mineração e modifica o Estatuto do Índio. Enquanto milhares de pessoas protestavam na Esplanada dos Ministérios, a maioria dos deputados aprovou requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei. Ambos os projetos são repudiados pela bancada do PT e os partidos de oposição.

Levantamento do Ministério Público mostra graves problemas também em proposta de regularização fundiária, com imensurável impacto negativo no meio ambiente e no enfrentamento a crimes na Amazônia.

Trata-se da subordinação de interesses coletivos aos interesses de especuladores, criminosos ambientais e grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Tenta-se ignorar, por exemplo, terras indígenas não homologadas e territórios quilombolas não titulados, afrontando o sistema constitucional de proteção aos povos e comunidades tradicionais e reiteradas decisões do STF.

Sob o governo Bolsonaro, o meio ambiente e toda a consciência nacional em prol da sua proteção, até mesmo os fundamentos

do direito ambiental consagrado na Constituição, são elevados à condição de inimigos da pátria. Bolsonaro comporta-se como contraventor ambiental, não como presidente da República.

Ele desativou as principais políticas públicas, programas e projetos que vinham sendo implementadas à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda de Paris e dos demais tratados e convenções voltados para a reversão das crises ambientais, climáticas, da biodiversidade, hídrica, todos voltados para evitar o colapso dos ecossistemas, ameaça que compromete o futuro da sociedade brasileira e toda a humanidade.

Nesse cenário desolador, uma esperança é a fala serena do ex-presidente Lula de que, se for eleito para mais um mandato à frente do Palácio do Planalto, vai impedir o garimpo em terras indígenas. Como lembrou, os índios não são intrusos. Eles estavam aqui antes dos portugueses chegarem e têm direito a vida digna. Cuidar da Amazônia e de sua imensa biodiversidade, uma riqueza inestimável, é o desafio de toda a sociedade brasileira.

Um provérbio indígena de origem norte-americana devia ser lido e refletido pelos gananciosos movidos a dinheiro e imediatismo: "Somente quando for cortada a última árvore, pescado o último peixe, poluído o último rio, que as pessoas vão perceber que não podem comer dinheiro". •

Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados.



UM OUTRO BRASIL É POSSÍVEL

É preciso reverter o processo de desmonte do Estado, torná-lo mais forte e capaz de induzir o desenvolvimento de forma sustentável e à luz de novas diretrizes que enfrentem as mudanças climáticas e preservem riquezas naturais

José Guimarães

O Brasil atual está afundado numa profunda crise econômica, social e ambiental, o que traz desesperança e tristeza para os brasileiros. Mas o legado dos governos do PT – de 2003 ao Golpe de 2016 – mostra que outro Brasil é possível. Tivemos a capacidade de grandes realizações que tornaram o país



referência no mundo contemporâneo, até a reversão do processo por golpistas neoliberais e antinacionais. Um eventual governo Lula a partir de 2023 significa fazer o Brasil reencontrar-se consigo mesmo e pavimentar um caminho que garanta esperança, paz e perspectivas para a juventude e todo o povo brasileiro.

Há pela frente a tarefa gigantesca, com o envolvimento de toda a sociedade brasileira,

de reconstruir um país dilacerado em todas as áreas. O desafio imediato será o de retomar obras e investimentos públicos para atacar frontalmente o problema do desemprego, o mais intenso e prolongado das últimas décadas.

É inadiável enfrentar o problema da fome – cerca de 20 milhões de pessoas passam fome hoje no país e mais de 100 milhões estão em situação de insegurança alimentar –, retomar o Bolsa Família e aumentar o valor do benefício, apoiar a agricultura familiar, que fornece a

comida do dia a dia na mesa do povo brasileiro, para assegurar alimentos saudáveis e baratos para a população. É preciso recuperar a indústria, colocando-a em um patamar estratégico.

Neocolônia

Porém, a tarefa vai mais além, pois qualquer projeto transformador da sociedade brasileira, com base nos pilares democráticos e respeito aos direitos coletivos, suscita a necessidade de rever o papel do Estado. Tivemos avanços a partir da Constituição de 1988, mas os retrocessos dos últimos seis anos, aprofundados por Bolsonaro, fizeram o Brasil retroceder em termos civilizatórios. Aniquilaram-se projetos e programas vitoriosos nas áreas educacional, social, ambiental, científica, tecnológica. Estraçalharam as políticas de distribuição de renda e justiça social. Os interesses nacionais foram jogados no ralo, como se o Brasil fosse neocolônia do capital estrangeiro.

A estabilidade plena só será obtida com a adoção de modelo de desenvolvimento que tenha como mote primordial a paz interna, com justiça social, preservação ambiental e implementação de um projeto estratégico orientado pelos interesses nacionais e populares. O Brasil, como o restante do mundo, não pode ser movido por interesses imediatistas, predadores e norteados apenas pela lógica do lucro. O capital não pode prevalecer sobre os interesses coletivos. Isso é barbárie.

Governo Lula

Um novo governo Lula significa promover a transição ecológica da economia, as reformas urbana, agrária e tributária. É inconcebível, em pleno século 21, manter uma estrutura tributária tão cruel

contra os brasileiros, num modelo que gera, de um lado, uns poucos milionários e bilionários e, do outro, uma legião de milhões de miseráveis. Num outro Brasil próspero e justo os ricos têm que pagar mais impostos, aliviando o peso da carga tributária sobre a classe média e os pobres.

É preciso reverter o processo de desmonte do Estado, torná-lo mais forte e capaz de induzir o desenvolvimento de forma sustentável e à luz de novas diretrizes que enfrentem as mudanças climáticas e preservem riquezas naturais inestimáveis, como a flo-

O BRASIL É UM PAÍS QUE TEM JEITO SIM. E SERÁ LULA QUEM VAI LIDERAR UMA AMPLA FRENTE DEMOCRÁTICA E PROGRESSISTA PARA TIRAR O PAÍS DO BURACO

resta amazônica, o cerrado e outros biomas. Reconstruir o Brasil significa fortalecer a democracia, respeitar os povos indígenas e os direitos sociais e trabalhistas e aprofundar a representatividade de nossas instituições.

Projeto nacional

O povo brasileiro precisa recuperar sua autoestima, a esperança por dias melhores, com a certeza de que teremos um projeto

nacional que nunca mais vai deixar o Brasil de joelhos perante interesses estrangeiros, que a fome seja um mal expurgado de nossa realidade e que o conjunto da sociedade tenha paz e segurança para tocar e celebrar a vida.

A retomada desses princípios resgata o espírito que norteou os constituintes de 1988 e deu ao Brasil a Constituição Cidadã, com respeito à democracia, aos direitos coletivos sociais, trabalhistas e ambientais.

O povo brasileiro, como disse o ex-presidente Lula, deve ser o foco central da reconstrução e da transformação do Brasil. Do contrário, será a repetição de mecanismos seculares de desigualdade e de submissão do País aos interesses externos. No mundo atual, é inacreditável que ainda haja uma estrutura tão injusta em nosso país, um dos líderes mundiais de concentração de renda e de injustiça social.

Numa sociedade em que a ganância, a intolerância e o individualismo são incrementados por neoliberais e seus mecanismos de manipulação das massas, incluindo as fake news, é preciso lembrar as sábias palavras do papa Francisco: “Não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça na desigualdade”.

O povo brasileiro tem pressa para recuperar o seu futuro e construir uma Nação tolerante, pacífica e com justiça social. Num passado muito recente nós fomos capazes de transformar o país, e temos plena capacidade de reconstruí-lo, com Lula. O Brasil é um país que tem jeito sim. E será Lula quem vai liderar uma ampla frente democrática e progressista para tirar o país do buraco em que foi enfiado por Bolsonaro. •

Deputado federal pelo PT do Ceará,
é vice-presidente nacional
do Partido dos Trabalhadores.



LULA FORTE NO NORDESTE E SUDESTE

Bolsonaro tem seu melhor desempenho no Sul, mas amarga forte rejeição no resto do país: variando entre 40% e 60%. Ex-presidente continua a liderar com vantagem as pesquisas eleitorais

Jordana Dias Pereira

No final de fevereiro de 2022, o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo (FPA) publicou a 13ª edição de seu boletim. O material trouxe uma visão global sobre as pesquisas de opinião pú-

blica divulgadas pelos principais institutos, traçando tendências.

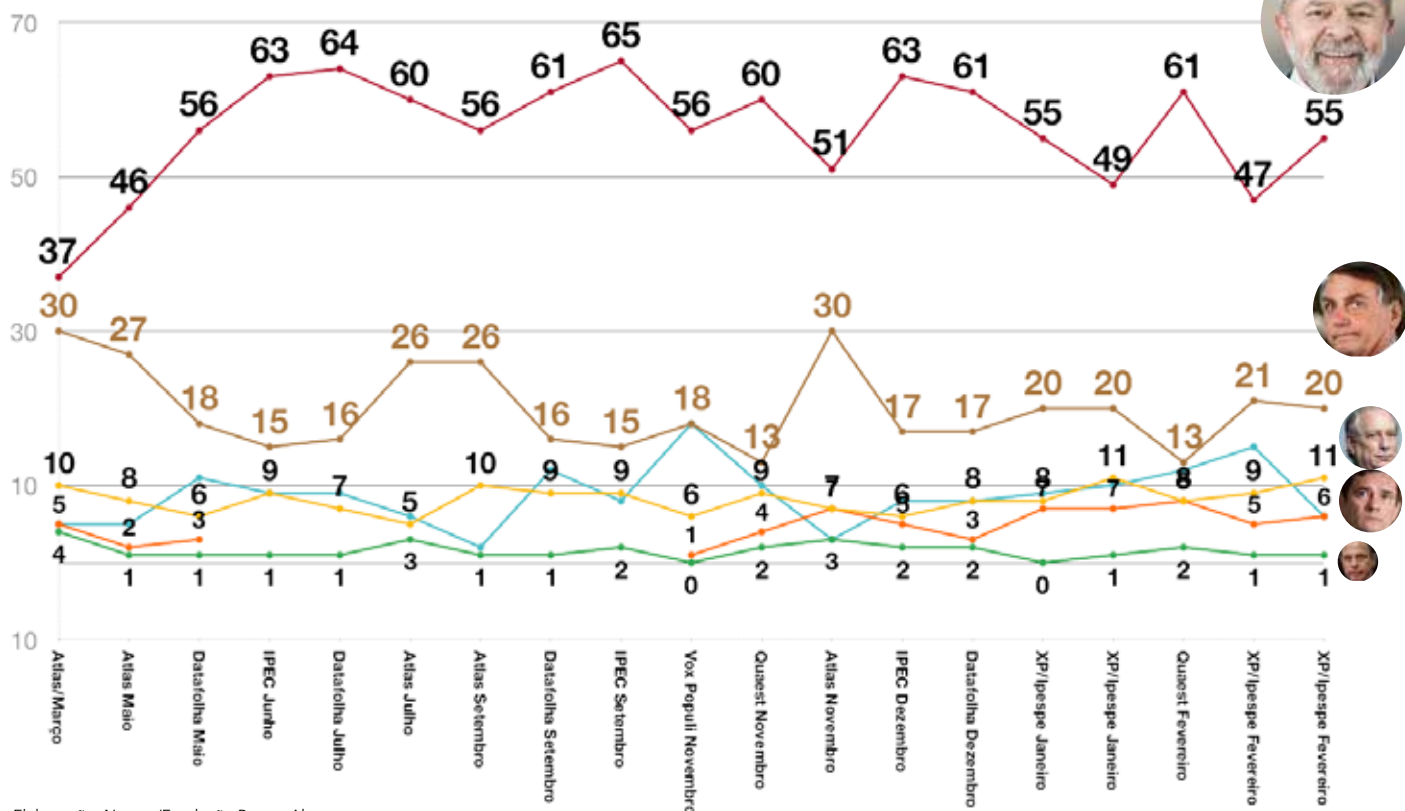
Como tendência geral, os patamares da aprovação e da reprovação de Jair Bolsonaro (PL) permanecem os mesmos desde outubro. A reprovação segue concentrada na base da pirâmide social, entre as mulheres e os mais jovens. Na região Nordeste, cerca de 60% consideram o governo como ruim

ou péssimo.

Não há grandes alterações também nos cenários de intenção de voto para o primeiro turno das eleições presidenciais de 2022. Lula (PT) segue liderando a corrida eleitoral, seguido por Bolsonaro. Por sua vez, o presidente tem mais força entre homens e evangélicos, mas está longe de conseguir maioria nesses segmentos.

Evolução do voto nas eleições presidenciais

Voto no primeiro turno, por renda de até 2 salários mínimo



Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo

A base lulista segue composta majoritariamente pela base da pirâmide social de menor renda – como demonstrado na edição de **Focus Brasil**, de 7 de março – e na região Nordeste. Vamos nos aqui deter à análise do comportamento por região.

Há alta reprovação ao governo em todas as regiões brasileiras. Mas é no Nordeste em que se concentram as maiores taxas. Segundo a Quaest de fevereiro, a avaliação negativa do governo na região subiu de 56% para 61% entre janeiro e fevereiro. A aprovação ali é a mais baixa dentre todas as regiões, oscilando na faixa dos 16%. O eleitorado do Nordeste representa 27% do total do país, com 38 milhões de eleitores.

Segundo a mesma pesquisa, no Sudeste, 24% avaliam o governo positivamente, enquanto 47%, negativamente. É no Sudeste que se concentra a maior porcentagem do eleitorado do país, cerca de 43% do total, aproximadamente 61 milhões de eleitores.

Como se pode notar nos gráficos, a reprovação se converte em um patamar altíssimo de intenção de voto em Lula no Nordeste. Ela está por volta dos 55% no primeiro turno, segundo as últimas pesquisas Ipespe.

Comparando os gráficos de intenção de voto por região, nota-se também que no Nordeste se dá a maior diferença de desempenho entre os dois candidatos. Segundo o Ipespe, enquanto 55% declaram voto em Lula, apenas 20% dizem votar em Bolsonaro – uma diferença de 35 pontos percentuais.

No Sudeste, a diferença é menor, de apenas 10 pontos percentuais – enquanto 38% dizem votar em Lula nas eleições de 2022, 28% declaram voto em Bolsonaro.

É, no entanto, no Sul, onde estão 20 milhões do eleitorado, quase 15% do total, onde a distância que separa os dois candidatos é a menor: apenas 2 pontos percentuais, segundo levanta-

mento Ipespe. Lula aparece com 35%, enquanto Bolsonaro chega a 33% – um empate, se considerar a margem de erro de 3,2 pontos percentuais para mais ou para menos da pesquisa.

Isso demonstra que apesar da alta reprovação ao governo – 49% segundo a última Quaest –, parte dos eleitores do Sul votariam em Bolsonaro contra Lula. É nesta região, também, que o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro (Podemos), aparece com mais de dois dígitos de intenção de voto: 12%.

No Centro-Oeste/Norte, Moro concentra mais de 10 pontos (11%) – a região agrupada apresenta 20 milhões de eleitores, o que representa cerca de 15% do total. Além de Moro, Ciro Gomes, do PDT, apresenta desempenho acima dos dois dígitos no Nordeste, com 11% da intenção de voto, segundo o Ipespe. •

Mestra em sociologia e coordenadora do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos (Noppe).



COMO O PT SALVOU O BRASIL: AMPLIAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO CRÉDITO PARA O POVO

Nos governos Lula e Dilma, a vida do povo melhorou. O crédito para pessoas físicas saltou de 5,1% do PIB, no governo FHC, para 25,3% do PIB, no último ano da administração petista, antes do impeachment fraudulento que resultou no Golpe de 2016

Eduardo Fagnani
Gerson Gomes
Guilherme Mello



No décimo sétimo artigo da série de organizada para oferecer fatos e números que desconstroem as mentiras sobre a política econômica do PT, que teria “quebrado o Brasil”, abordamos agora como a ampliação e democratização do crédito ajudaram o país a enfrentar a crise.

Nas análises anteriores, demonstramos a falsidade da narrativa sobre o país ter sido quebrado pelos governos de Lula e Dilma, apresentando indicadores econômicos. Mostramos que nos governos petistas o Brasil voltou a crescer e a redistribuir os frutos desse crescimento. Enfatizamos que

o investimento foi um dos motores do crescimento. A taxa de investimento saltou de 16% do PIB em 2002 para próximo a 20%, entre 2008 e 2015.

Também sublinhamos que o consumo das famílias foi outro motor do crescimento. Entre 1998 e 2002, a variação anual do consumo das famílias foi, em média, de 1,6%. Nos governos petistas, esse índice saltou de 3,3%, no primeiro mandato de Lula, para 5,6%, no segundo governo do presidente.

O índice declinou para 3,6%, no primeiro mandato de Dilma, mas mesmo esse percentual foi superior ao verificado nos dois mandatos de FHC. O aumento dos investimentos e a criação de um mercado de con-

sumo de massas fomentaram forte ampliação das vendas no varejo – o patamar alcançado

entre 2012 e 2015 foi mais que o dobro do primeiro ano do governo Lula.

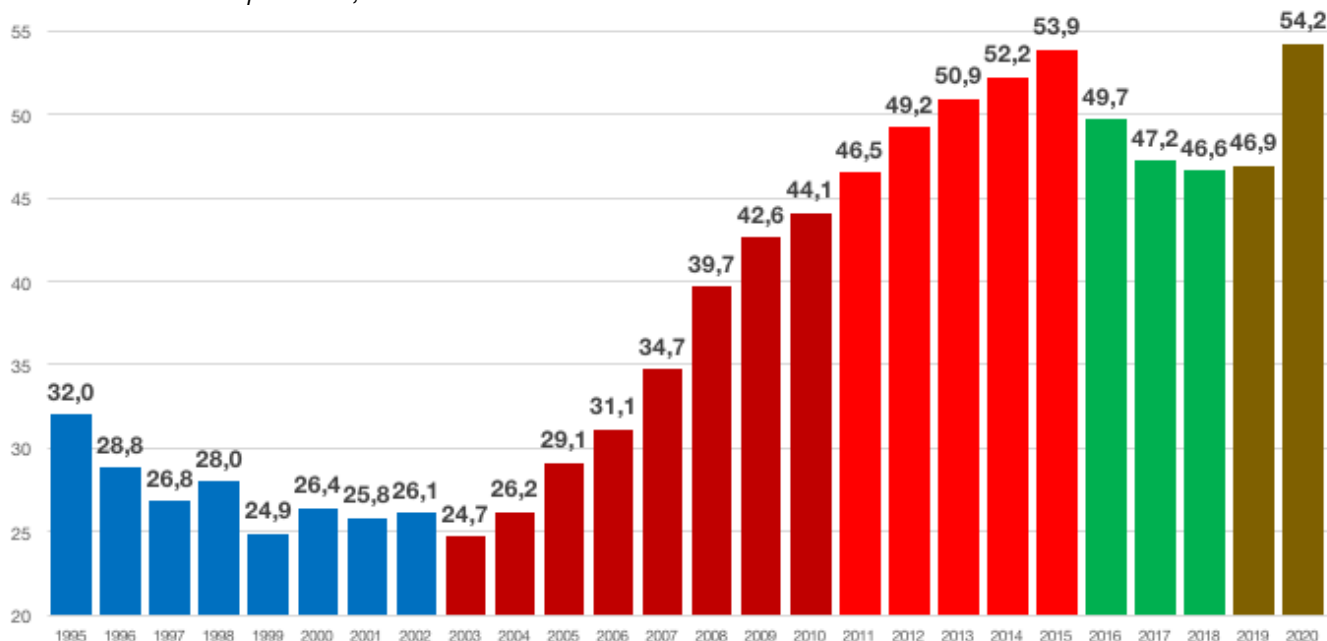
Os dados revelam que, a partir de 2003, foi esboçada uma política de desenvolvimento, apoiada na ampliação dos investimentos e criação de um mercado de consumo de massas formado a partir de políticas de distribuição de renda, e de expansão e formalização do emprego, cuja maior virtude foi ter melhorado expressivamente as condições de vida dos mais pobres.

Neste artigo, mostramos que a ampliação e a democratização do crédito tiveram também papel importante na expansão dos investimentos e do mercado interno de consumo de massa. O crédito total saltou de patamar próximo de 25% do PIB, entre 1995 e 2002, para 53,9% do PIB, em 2015. Nos anos seguintes, ele voltou a patamares do início da década passada e somente tornou a subir em 2020, por conta da crise agravada pela Covid-19.

Durante os governos petistas, houve forte tendência de democratização do acesso ao

Crédito total em porcentagem do PIB

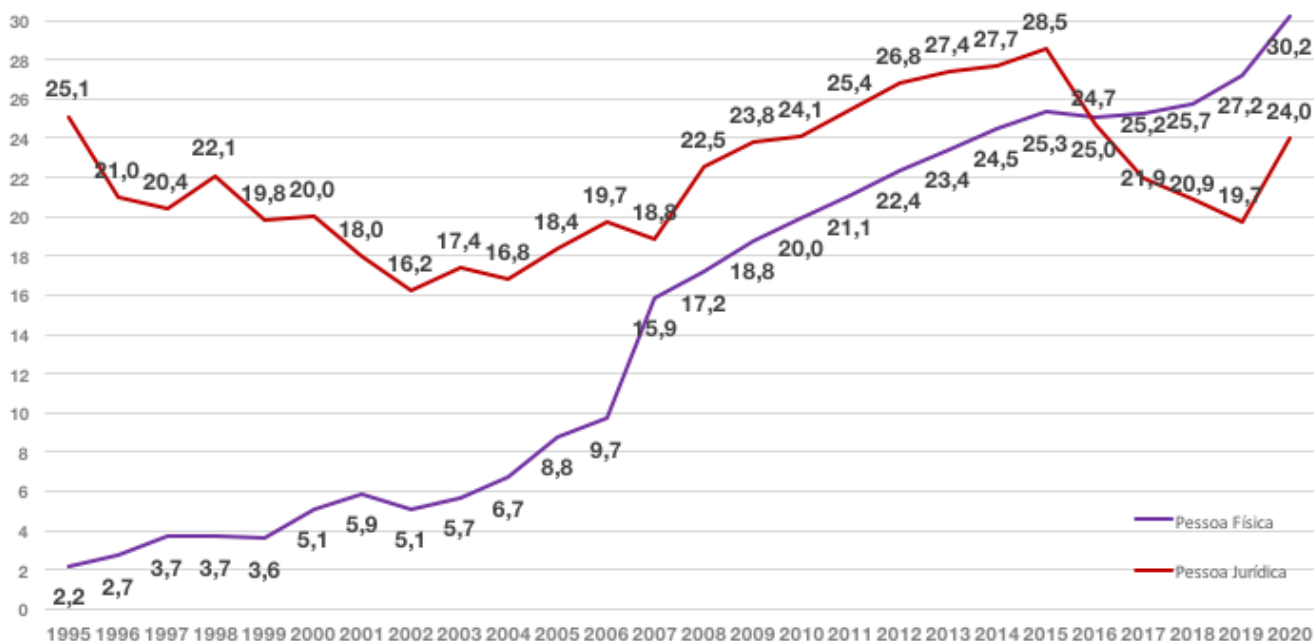
Saldo em final de período, entre 1995 e 2020



Fonte: BCB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Crédito a pessoas físicas e jurídicas

Em porcentagem do PIB, entre 1995 e 2020



Fonte: BCB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

crédito. O crédito para pessoas físicas saltou de 5,1% do PIB (2002) para 25,3% do PIB (2015), beneficiando, em grande medida, as camadas de baixa renda, e fomentando, assim, o mercado interno de consumo assalariado.

Essa inflexão foi possível, dentre outros fatores, pelo aumento do emprego formal e da renda das famílias, fruto do trabalho e dos programas de transferência

de renda – seguridade social e Bolsa Família.

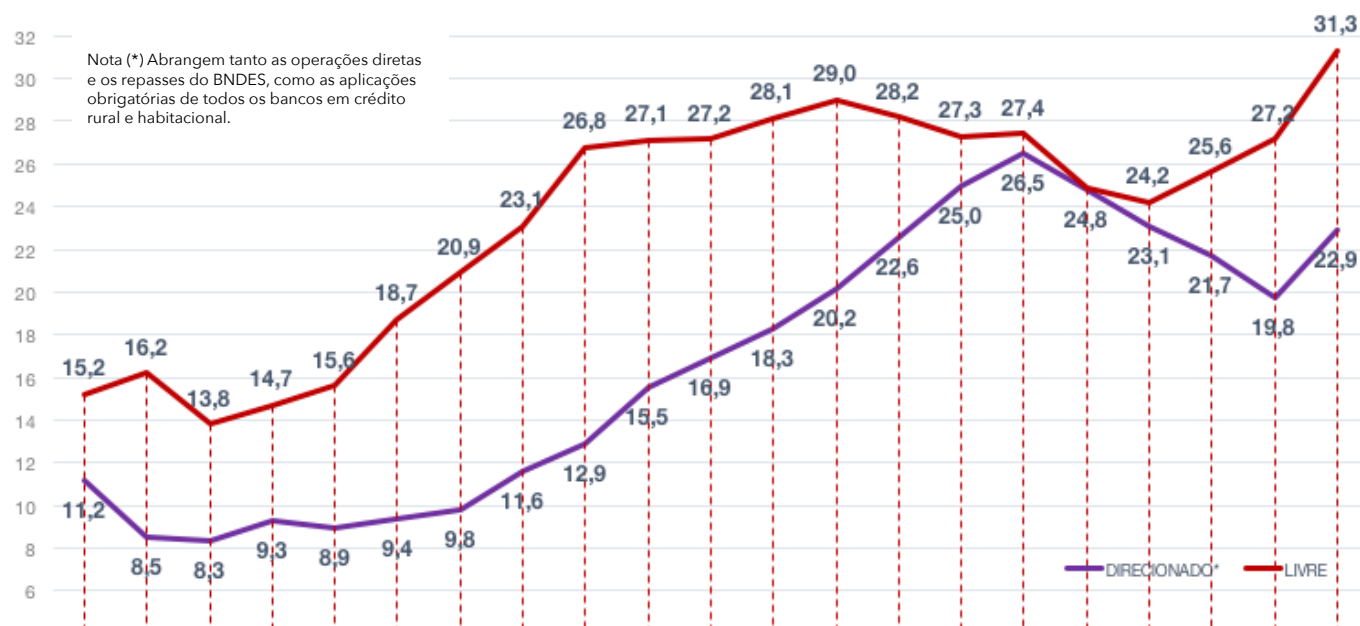
Também se destaca a ampliação da bancarização, em particular através dos bancos públicos e das novas modalidades de crédito, como o consignado e o microcrédito. O crédito para pessoas jurídicas, em queda livre nos governos Fernando Henrique Cardoso, também voltou a subir entre 2002 – 16,2% do PIB – e 2015 – 28,2% do PIB

–, ampliando as bases para a expansão do investimento.

O crédito direcionado para setores estratégicos foi importante medida anticíclica adotada pelo governo Lula, para enfrentar a grave crise financeira internacional de 2007-2008. Com a retração da liquidez e da disponibilidade de crédito privado, nacional e internacional, os bancos públicos brasileiros tiveram papel central na contenção da

Recursos livres e direcionados, em porcentagem do PIB

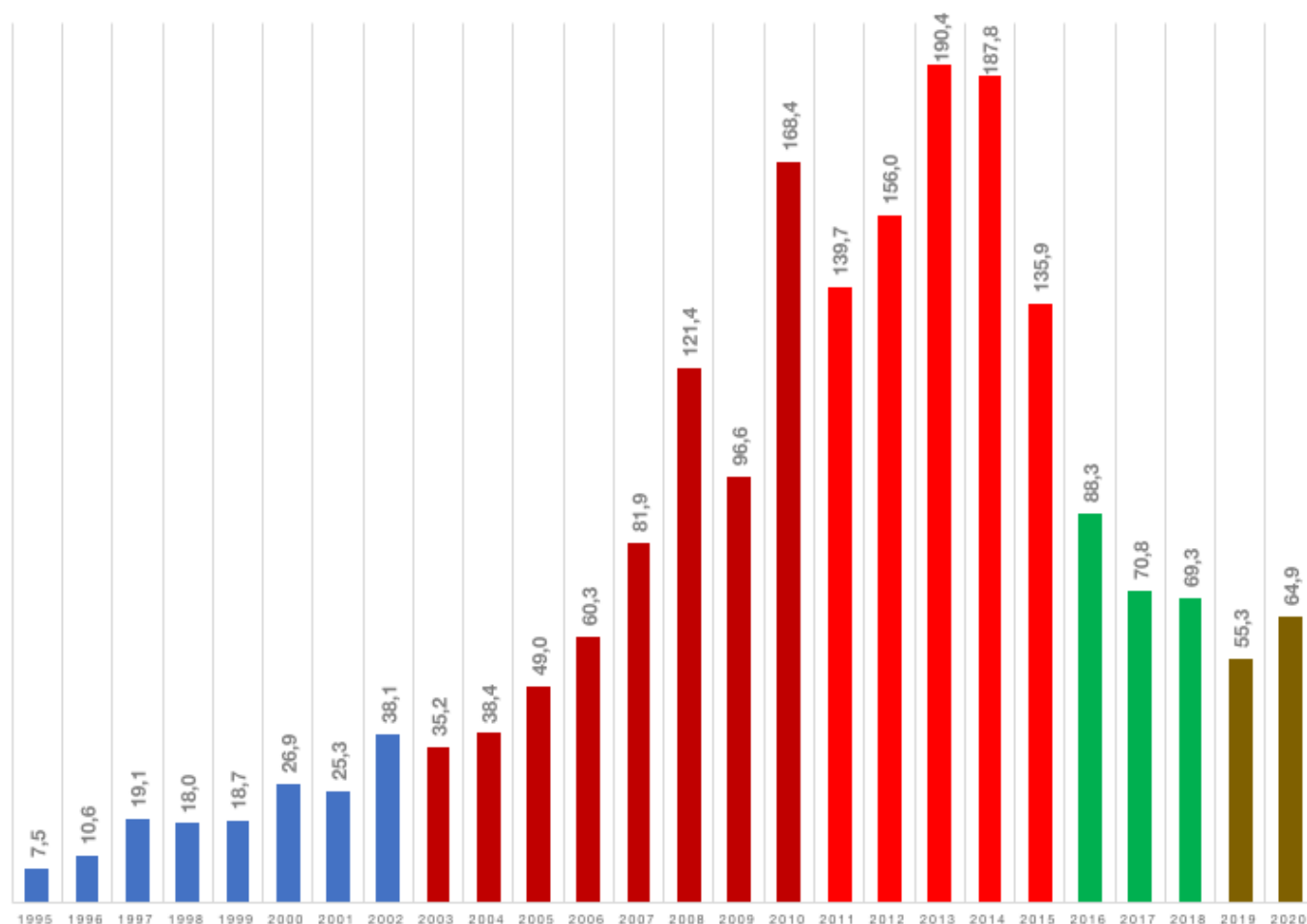
Entre 2000 e 2020



Fonte: BCB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Financiamento do BNDES

Em bilhões de reais, variação anual entre 1995 e 2020



Fontes: BNDES (Boletim de desempenho dez/2020).

GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

crise, financiando projetos de investimento previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e ampliando a oferta de financiamento a taxa favoráveis nos segmentos rural, incluindo a pequena produção agrícola, e habitacional. O crédito direcionado para esse conjunto de atividades cresce, progressivamente, de 9,8% do PIB, em 2006, para 26,5% do PIB, em 2015.

Nos governos do PT, os bancos públicos assumiram o papel de protagonista do sistema de crédito brasileiro, ultrapassando em importância o setor privado. Entre 1995 e 1999, o crédito privado prevalecia ante o público. Entre 2003 e 2015, essa posição se inverteu. Em 2015, o crédito concedido pelos bancos públicos atingiu 29,5% do PIB, en-

quanto o crédito privado estava em 15,8% do PIB.

É particularmente expressiva a contribuição do BNDES no financiamento dos investimentos que fomentaram o crescimento econômico. Os financiamentos do banco subiram de R\$ 38,1 bilhões em 2002 para um nível próximo de R\$ 190 bilhões, com Dilma, entre 2013 e 2014. Nos governos Temer e Bolsonaro, o apoio do BNDES retornou aos padrões de 2006.

Tais dados mostram que partir de 2003, foi esboçada uma política de desenvolvimento apoiada na ampliação dos investimentos e criação de um mercado de consumo de massas formado a partir de políticas de distribuição de renda, bem como do aumento e da democratização do cré-

dito, sustentada pela ação dos bancos públicos.

Portanto, ao contrário do que a narrativa de oposição repete, esse crescimento não foi artificial, não decorreu de medidas populistas, tampouco foi puxado exclusivamente pelo consumo. Não se sustenta a narrativa delirante de que a economia, ao cabo dos governos petistas, estivesse vivendo "crise terminal". •

- * Doutor em Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho da Unicamp.
- ** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara.
- *** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, da Unicamp.



NO CHILE, UMA NOVA GERAÇÃO CHEGA AO PODER

O ex-líder estudantil Gabriel Boric assume a Presidência da República, renovando a esperança de um novo tempo para o país andino. A ex-presidenta Dilma compareceu à posse

A esquerda latino-americana ganhou um rosto novo na última sexta-feira, 11. O ex-líder estudantil chileno Gabriel Boric, 36 anos, tomou posse como presidente, marcando a mudança mais acentuada na política do país andino desde o retorno à democracia, três décadas atrás, após a sangrenta ditadura do general Augusto Pinochet. No prédio do Congresso, na cidade portuária de Valparaíso, Boric pegou a faixa presidencial do ex-

-presidente bilionário Sebastian Piñera, tornando-se o líder mais jovem já eleito do país.

“Perante o povo chileno, faço minha promessa”, disse. Em um sinal de mudança dos tempos, ele vestia camisa e paletó, mas sem gravata, algo inédito na história do país. Pelo Brasil, a ex-presidenta Dilma Rousseff compareceu à posse na condição de convidada pessoal do novo presidente, que a abraçou efusivamente, assim como outros dirigentes esquerdistas da América do Sul, como o presidente da Ar-

gentina, Alberto Fernández.

Além de Dilma e Fernández, estiveram presentes à posse o presidente Pedro Castillo (Peru), Luis Arce (Bolívia), Mario Abdo Benítez (Paraguai), Luis Lacalle Pou (Uruguai) e Guillermo Lasso (Equador). O vice-presidente do Brasil, General Hamilton Mourão, compareceu à cerimônia representando Jair Bolsonaro. Era um estranho no ninho.

O gabinete de maioria feminina de Gabriel Boric também tomou posse na sexta-feira. Uma parte do Senado estava repleta



EMOÇÃO O abraço emocionado do novo presidente do Chile em Dilma Rousseff. A ex-mandatária brasileira foi convidada de honra de Gabriel Boric

de representantes de várias comunidades indígenas do Chile em trajes tradicionais. “É um sinal de que será um governo inclusivo”, disse Cecilia Flores, uma indígena aimará à agência Reuters.

Foi a primeira vez que representantes de cada grupo indígena estiveram presentes na posse de um presidente da República no Chile. “Será um governo que fará as mudanças sociais pelas quais o povo do Chile vem lutando, especialmente os grupos indígenas”, disse.

“Desejo-lhe sucesso em seu futuro governo”, disse o presidente Sebastián Piñera em seu discurso, citando preocupações com políticas de identidade, enfraquecimento do judiciário e aumento do crime no país. “Mas também desejo que tenha sabedoria para distinguir o certo do errado”.

A ascensão de Boric desperta esperança entre os progressistas no Chile, um bastião conservador de mercados livres e prudência fiscal na volátil América do Sul. Líder de uma ampla coalizão de esquerda, incluindo o Partido Comunista do Chile, Boric prometeu reformular o modelo econômico guiado pelo mercado para combater a desigualdade que provocou protestos violentos em 2019. Desde que foi eleito, contudo, ele adotou um tom moderado.

O Chile está reformulando sua Constituição, uma herança da era Pinochet, responsável por alimentar a desigualdade que levou a meses de protestos violentos que tomaram conta do Chile em 2019. A sombra de Augusto Pinochet ainda paira sobre o país andino. Ele foi responsável direto pelo Golpe de Estado que derrubou o presidente socialista Salvador Allende em 1973.

Boric se apresenta como um bastião do legado de Allende. A eleição do jovem líder de esquerda foi pintada pela mídia como um acontecimento que encheu de esperança os corações de chilenos – jovens e idosos. “Ele me lembra Allende, mas espero que tenha um final mais feliz”, disse Marigen Vargas, 62, à Associated Press. Ela viajou a noite toda para estar na posse de Boric do lado de fora do Congresso Nacional, que funciona em Valparaíso. “Queremos um Chile mais unido e feliz”.

Boric tem pela frente grandes desafios, como uma acentuada desaceleração econômica, inflação em alta e um Congresso dividido que testará sua capacidade de fazer acordos para promover reformas na saúde e no regime de aposentadoria, enquanto endurece a regulamentação ambiental. •

BORIC CITA ALLENDE E FALA EM UM ‘GOVERNO DO POVO’

Uma festa popular como Santiago não via há muitos anos. Diante de uma multidão o novo presidente do Chile, Gabriel Boric, disse que o governo será voltado para o povo e afirmou, da sacada do Palácio de la Moneda, que não teria chegado ao poder sem as mobilizações populares.

Num discurso interrompido em vários momentos pelos aplausos dos milhares de chilenos que lotaram a histórica Praça da Constituição, Boric lembrou a ditadura de Augusto Pinochet – “o passado de violência e opressão que não esqueceremos e que nunca mais pode voltar a se repetir” – e citou o ex-presidente socialista derrubado do poder em 1973.

“Como previra há quase 50 anos Salvador Allende, estamos de novo, compatriotas, abrindo as grandes alamedas por onde passem o homem livre, o homem e a mulher livres, para construir uma sociedade melhor. Continuamos, viva o Chile!”, disse, emocionado o novo presidente.

“Precisamos reparar as feridas que ficaram da explosão social (os protestos e manifestações que eclodiram no país em 2019). Por isso, ontem (quinta, 10) retiramos as denúncias contra o Estado por violência. Vamos trabalhar pelo reencontro dos chilenos”.

O novo presidente também pediu o respaldo da população ao trabalho da Constituinte, que está elaborando a nova Carta Política do Chile, e que será submetido a um plebiscito de saída. “Vamos apoiar o trabalho da Assembleia”, disse. •



Mulheres pedem passagem

Em “O Canto das Rainhas”, o jornalista e pesquisador musical Leonardo Bruno conta a histórias de cinco estrelas no panteão do samba: Alcione, Beth Carvalho, Clara Nunes, Dona Ivone Lara e Elza Soares

Bia Abramo

Quando a revista **Focus Brasil** se debruçou, duas semanas atrás, sobre o ano de 1972, o tal do ano de ouro dos discos de MPB, muitos dos críticos e pesquisadores entrevistados ponderaram que toda a década de 1970, apesar da repressão política e da censura à cultura e às artes, teve uma produção musical acima da média por muitos critérios. Um deles é a diversidade de gêneros musicais que emergiam ou reemergiam.

Num olhar afinado com as questões contemporâneas, no pequeno ranking que acompanhou as considerações dos entrevistados sobre o período, entre os discos mais esperados em listas desse tipo, apareceram artistas como Jorge Ben e Paulinho da Viola, ambos cariocas e com uma profunda ligação com as raízes do samba pré-Bossa Nova.

Se o bim-bom de João Gilberto desconcertou jovens de muitas partes do Brasil, que entenderam que, naquele samba sincopado e na voz que parecia desafinada, toda a movimentação daqueles que faziam a cena carioca das boates da Zona Sul, dos pequenos shows universitários e da consagração internacional do estilo, abriu-se uma brecha para a invenção e inovação. Inclusive para os adeptos da tradição do samba do

morro, das batucadas das favelas, daquela dos barracões de escolas de samba, que se mantiveram ativos, ainda que em compasso de espera.

Um livro lançado no final de 2021, “Canto de Rainhas - O poder das mulheres que escreveram a história do samba”, do jornalista Leonardo Bruno, joga luz sobre as histórias de um grupo ainda mais invisibilizado pela na história da música brasileira: o das mulheres sambistas.

As “rainhas” em questão são Alcione, Beth Carvalho, Clara Nunes, Dona Ivone Lara e Elza Soares. São mulheres de origens e épocas diferentes cuja presença no samba do eixo Rio-São Paulo é inegável.

Bruno mescla ensaios e perfis biográficos de cada uma dessas mulheres para compor um mosaico de uma música que “veio da Bahia” com o final da escravidão para as casas das tias baianas no final do século 19 para catalisar a junção das músicas que já se praticavam na então capital Rio de Janeiro e veio a ser chamada de “o” samba.

Nas descrições de como então se organizavam as casas das tias baianas, entre elas a mais famosa a da Tia Ciata, entende-se como esse gênero negro e ligado às tradições das religiões afrodescendentes traduzia, de certa forma, uma noção de nacionalidade e dicção brasileiras, então em disputa.

Na sala que dava de frente para a rua, ficavam aqueles que

tinham acesso a alguma instrução musical e instrumentos de sopro, em geral homens negros ligados a ofícios que mantinham bandas, com bombeiros e militares.

Na cozinha, onde e enquanto as mulheres preparavam a comida, em geral havia canto e violão. No terreiro, atabaques e instrumentos de percussão, onde os mais jovens dançavam e cantavam os lundus, os pontos para os orixás e tudo o que era “africano” demais. Os encontros, festas religiosas podiam atravessar a noite e virar uma grande sessão de improviso.

Com o resultado de um desses improvisos foi que Donga, frequentador da Tia Ciata, numa manhã de novembro de 1916 foi registrar o “Pelo Telefone” como um samba. E, aí, oficialmente, começa a longa história de amor do povo brasileiro com esse gênero, por natureza híbrido e, a um tempo, tão genuinamente identificável.

Rainhas... A, B, C, D, E

O recorte que o jornalista e pesquisador musical escolhe em seu livro são as enormes barreiras do machismo estrutural que essas cinco mulheres sambistas tiveram de enfrentar para se firmarem na carreira. Em alguns casos, encontram-se machismo e racismo, a outros junta-se a pobreza e os obstáculos de acesso ao mundo da cultura e das artes e, nesse

sentido, a história dessas cinco mulheres é também uma história do Brasil do século 20, com seus horrores e belezas.

Dona Ivone Lara, a mais velha das perfiladas (nasceu em 1922), por exemplo, só conseguiu de fato gravar um disco com composições suas em 1974. Isso, embora sua primeira composição musical, "Tiê", tenha sido feita aos 12 anos.

Compositora de inúmeros sambas consagrados por intérpretes do porte de Maria Bethânia, Cristina Buarque e Marisa Monte – e puxadora de samba da escola de Samba Império Serrano –, Dona Ivone Lara dividiu sua carreira artística com a de profissional de saúde. Ela era enfermeira e assistente social. Mas driblou o machismo do marido e só depois de aposentada e viúva conseguiu se dedicar exclusivamente à música.

"Quando me casei com Oscar, que era filho do presidente da [escola de samba] Prazer da Serinha, achei que ia ter liberdade para cair no samba. Qual nada! Minha vida só mudou quando morreram meu marido e minha tia", lembra. Se Dona Ivone não tivesse perseverado, imaginem que perda enorme seria não termos "Sonho Meu" ou "Rainha Quelé", o samba-enredo da Império Serrano que homenageou outra mulher gigante do samba, Clementina de Jesus.

Já **Elza Soares** teve de abrir seu caminho na determinação quase alucinada de quem vinha "do planeta fome", sofreu de violência sexual e assédio ainda criança e foi obrigada a casar pelo pai aos 13. Nascida em 1930, menos de uma década depois de Dona Ivone, Elza já encontrou um ecossistema musical em que o samba "tinha descido do morro" e encontrava lugar nas ondas de rádio.

Ainda assim, com sua vida de altos e baixos ao lado de Garrincha, Elza teve de desistir e reinventar



sua carreira inúmeras vezes. Com sua voz potente e grave e escolhas de repertório mais ecléticas, ela nunca se descolou do samba, como se vê tanto num disco emblemático da década de 1970: "Elza Pede Passagem" (1972). Neste álbum, ela canta "Rio, Carnaval dos Carnavais" e "Barão Beleza". E em um dos últimos trabalhos da cantora, o single "Black Power" de 2021, em parceria com Renegado, o rap e o samba se encontram sem dramas.

A mineira **Clara Nunes** talvez tenha sido a mais privilegiada, uma vez que sua carreira artística se firmou nos anos em que a indústria fonográfica sediada no

Rio de Janeiro vivia um momento de bonança – e os produtores tinham muita voz.

Linda, jovem e de voz afinadíssima, os primeiros discos na Odeon gravados ainda nos anos 1960 tentaram "vendê-la" como cantora romântica, com um pé no ié-ié-ié, mas com a mudança de Belo Horizonte, Clara foi fisgada pelo samba e pela cultura religiosa de afrodescendência.

A partir do disco *Clara*, de 1971, ela mergulha definitivamente numa brasilidade musical que tornou a cantora um objeto de culto talvez único na MPB. Como assinala o autor do livro: "Qual é o mistério de uma mulher



que, 40 anos após a sua morte, continua despertando tanta paixão? A devoção a Clara Nunes vai do Oiapoque ao Chuí, passando por Caetanópolis, Cedro e Paropeba – e a mineira consegue ser plural até nos povoados que reivindicam seu lugar de origem”.

O que faria uma família bem posta da Zona Sul carioca deixar a filha com nome de rainha (Elizabeth) a cair no samba e dedicar sua vida à carreira incerta de cantora? No caso de **Beth Carvalho**, havia uma tradição que remontava à avó paterna do Piauí, tocadora de bandolim em saraus.

A família de Beth, nascida em 1946, incentivou a educação artís-

tica dela e da irmã Vânia. Ambas foram matriculadas em curso de violão ainda adolescentes. A sambista circulava pelos bairros que viriam dar origem à Bossa Nova e já dominava o instrumento-símbolo do movimento, o violão, e passou a se arriscar como cantora.

Entrou no mundo dos festivais defendendo “Andança”, de Paulinho Tapajós, Edmundo Souto e Danilo Caymmi. Ficou em terceiro lugar no também 3º Festival Internacional da Canção, atrás apenas de “Sabiá”, de Tom Jobim e Chico Buarque, e da icônica “Pra Não Dizer que não falei das Flores”, de Geraldo Vandré.

Nos anos 1970, ela deu uma guinada definitiva para o samba nos discos. Em 1973, lança “Canto Para um Novo Dia”, que mereceria elogios desse ninguém menos que o jornalista e pesquisador musical Sérgio Cabral. No texto de encarte, uma espécie de “receita” para inventar uma cantora, ele afirma: *“E diria finalmente para cantar as coisas que vem do povo. As músicas feitas pelos gênios do povo, impregnadas de talento e limpas das ambições comerciais e das neuroses da novidade (...) Sugeriria que ela servisse de ponte entre a cultura popular e o consumo, não deixando que o objetivo prejudicasse a origem. Teria de ser, portanto, uma cantora de muito talento. Beth Carvalho me poupe este trabalho. Ela já existe”*.

Na ordem inversa dos perfis do livro, chegamos por fim na maranhense **Alcione**, nascida em 1947 e ainda em atividade. Ela também mostrou talento precoce para a música e recebeu educação musical em casa, pelas mãos do pai policial e integrante da banda da corporação, que a ensinou a tocar clarinete, saxofone e trompete.

Abandonou a profissão exigida pelo pai de professora primária e desembarcou no Rio em 1967, época em que a cidade vivia uma agitação cultural e po-

lítica intensa. Ainda assim, era nordestina, negra e pobre, três características que impunham dificuldades de toda sorte para que começasse a entrar no mundo da música e dos discos.

Teve de ser devagar, fazendo primeiro a trajetória de cantora da noite, até ser descoberta por Roberto Menescal, a esta altura diretor artístico da Polygram. No primeiro álbum, “A Voz do Samba” (1975), ela gravaria a composição de Edson Conceição e Aloísio Silva, “Não Deixe o Samba Morrer”, cujos versos – *“Não deixe o samba morrer/ Não deixe o samba acabar/ O morro foi feito de samba/ De samba para gente sambar/ Quando eu não puder/ Pisar mais na avenida/ Quando as minhas pernas/ Não puderem aguentar”* – são daqueles que, cantados pela voz imensa de Alcione, reverberam no corpo como se o apelo viesse da nossa própria garganta.

Com belo trabalho de pesquisa, o jornalista e pesquisador do Observatório do Carnaval da UFRJ, Leonardo Bruno em “O Canto das Rainhas” (editora Agir) resgata tanto o protagonismo do samba na vida do Brasil como o ativismo cultural importantíssimo que essas mulheres tiveram para imprimir suas vozes, composições, falas e musicalidade num gênero tão dominado por homens. •



13 de março de 1964

300 MIL NAS RUAS EM APOIO ÀS REFORMAS

O Comício das Reformas, realizado no Rio de Janeiro em frente à estação ferroviária Central do Brasil, reúne 300 mil pessoas, entre trabalhadores, camponeses, representantes de partidos políticos, estudantes, servidores públicos, soldados e sargentos. Foi organizado para apoiar a decisão do governo de João Goulart de levar à frente as chamadas Reformas de Base – que incluíam as reformas agrária, urbana, educacional, tributária e eleitoral – e de propor a legalização do Partido Comunista e o direito de voto para analfabetos, cabos e soldados. Entre os oradores, estavam os governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes e dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Outras datas históricas

11/03/1822: Nasce em São Luís a escritora Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do país.

13/03/1900: Nasce em Panelas (PE), Gregório Bezerra. Ele seria preso e torturado pela ditadura militar.

14/03/1914: Nasce em Franca, no interior de São Paulo, Abdias do Nascimento, artista plástico, ator e poeta.

11/03/1960: Nasce em Simão Dias (SE), Marcelo Déda, governador de Sergipe pelo PT.

17/03/1994: Fim do regime de Apartheid na África do Sul.

11/03/2006: Michelle Bachelet toma posse como presidenta do Chile.

16/03/2016: A presidenta Dilma Rousseff anuncia Lula como novo ministro da Casa Civil.



17 de março de 2004

LANÇAMENTO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE

Até o ano de 2004, a miséria tinha como um de seus estigmas o sorriso desdentado no rosto do trabalhador. Foi então que Lula lançou o programa Brasil Sorridente, reformulando completamente a Atenção Básica em Saúde Bucal e deixando para trás práticas de mutilação até então comuns.

O programa garantiu até 2016 24 mil equipes de odontologia trabalhando na Estratégia Saúde da Família de 5.007 municípios.

Por todo o país foram criados centros de especialidades odontológicas, que aumentaram de 100 para 1.034 entre 2004 e 2016.

Graças ao programa, o Brasil entrou no grupo de países com baixa incidência de cárie dentária, de acordo com a Organização Mundial de Saúde. Com ações de prevenção, tratamento, atendimentos especializados, cirurgias, cerca de 400 mil dentes a menos foram extraídos por ano!

13 de março de 1965

INTELECTUAIS REAGEM AO AUTORITARISMO

Às vésperas do primeiro ano do Golpe de 1964, era claro que a ditadura pretendia ficar no poder por muito tempo. Movimentos de confronto da intelectualidade começaram a tomar corpo com o Manifesto Nacional pela Democracia, que exigia a volta do Estado de Direito, o fim das intervenções nos sindicatos, a garantia da liberdade de expressão, a libertação dos presos políticos e a reintegração dos

cassados. Defendia também a realização das eleições previstas para os anos de 1965 e 1966. Publicado na primeira página do *Correio da Manhã*, jornal que havia apoiado a derrubada de João Goulart, o manifesto trazia 107 intelectuais, artistas e jornalistas – um arco, que ia de cristãos, como Alceu Amoroso Lima, a comunistas, como Oscar Niemeyer, e incluía quem tinham sido antes favorável ao golpe.



13 de março de 2013

DILMA LANÇA MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA

Para integrar e ampliar os serviços públicos destinados às mulheres em situação de violência, a presidenta Dilma Rousseff lança o programa “Mulher, Viver sem Violência” em 13 de março de 2013. Coordenada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, a iniciativa prevê a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, justiça, segurança pública, rede

socioassistencial e promoção da autonomia financeira.

Entre os eixos estruturantes do programa, destacam-se a implantação da Casa da Mulher Brasileira, a ampliação do Ligue 180, a humanização do atendimento às vítimas de violência sexual e a disponibilização de unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta.

13 de março de 1967

DITADURA BAIXA A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

O general Castelo Branco, com base na Constituição autoritária de 1978, decreta a Lei de Segurança Nacional. É o arcabouço da repressão ao longo da ditadura militar. A partir de 13 de março, toda pessoa “natural ou jurídica” passava a ser responsável pela segurança nacional, submetendo o país à Justiça Militar. A lei incorpora a “guerra psicológica adversa” para enquadrar

como crime manifestações, publicações, organizações e atos individuais que contrariem o regime. São enquadrados como “propaganda subversiva”, a divulgação de notícias, distribuição de jornais e panfletos, comícios, passeatas e greves. A LSN define a “guerra revolucionária”, inspirado em ideologia vinda do exterior, “que vise à conquista subversiva do poder”.

13 de março de 1979

NO ABC, GREVE DOS TRABALHADORES

A primeira greve geral de uma categoria em mais de uma década começa em 13 de março de 1979, quando metalúrgicos de São Bernardo, Diadema, Santo André e São Caetano deflagraram uma paralisação nacional. A reivindicação é pelo reajuste salarial de 78,1%.

Com adesão maciça dos trabalhadores, a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC ficou pequena para o movimento e a primeira assembleia dos grevistas precisou ser transferida para o estádio da Vila Euclides.

Cerca de 60 mil trabalhadores ocupam o gramado e as arquibancadas. Na falta de palanque e sistema de som, o presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, o Lula, fala de cima de uma mesa de escritório usando um megafone. Suas palavras são repetidas em coro pelos trabalhadores mais próximos e repassadas pelos que estavam atrás.

Mesmo enfrentando forte repressão, a greve dura duas semanas e termina com os trabalhadores conquistando 63% de reajuste – a maior conquista salarial do período.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br



CANCELANDO DOSTOIEVSKI

A guerra na Ucrânia leva ao inesperado: o genial escritor russo está sendo alvo da estupidez humana em tempos de ódio

Olímpio Cruz Neto

A guerra no leste europeu levou os Estados Unidos a moverem sanções duras contra a Rússia governada por Vladimir Putin. Mas o que parece ser um revide econômico ao líder russo ganha ares de caçada macarthista contra qualquer coisa que venha do outro lado da Cortina de Ferro, que a OTAN e alguns países do Ocidente promovem. Tome-se o cancelamento do escritor Fiódor Dostoiévski.

Morto há 141 anos, o gigante da literatura russa tornou-se alvo da Nova Guerra Fria. A universidade italiana Milano-Bicocca decidiu cancelar um curso livre sobre o romancista russo com o objetivo de evitar qualquer polêmica “neste momento de grande tensão”.

A decisão motivou reações indignadas do ex-primeiro ministro Matteo Renzi e da ministra da Educação da Itália, Maria Cristina Messa, e foi rapidamente revertida. Mas a universidade, segundo relata o jornal *Le Figaro*, já não evitou que o assunto fosse parar no Parlamento italiano.

Tudo começou depois que o escritor italiano – e tradutor – Paolo Nori, especialista em literatura russa, criticou a decisão da universidade. O curso era sobre os romances de Dostoiévski, autor, entre outros, dos clássicos “Crime e castigo”, “O idiota” e “Os irmãos Karamazov”. Nori recebeu e-mail da universidade informando-o de que o vice-reitor, a pretexto de evitar controvérsias no contexto criado pela invasão russa da Ucrânia, decidiu cancelar o curso.

“Uma censura ridícula”, acusou

Nori. Ele lembrou que Dostoiévski, sob o regime do Czar Nicolau I, foi condenado à morte, a pena foi trocada depois por trabalhos forçados na Sibéria, por ter lido em público um texto proibido.

O boicote cultural à Rússia cresce a cada dia. “Estão tentando cancelar o país atacando qualquer pessoa e qualquer coisa remotamente associada a ele”, criticou a apresentadora do serviço em francês do canal Russia Today, Rachel Marsden. Ela lembrou que a França foi alvo da mesma ação política quando se opôs à invasão do Iraque, ainda no governo de George W. Bush. No Congresso dos EUA, as batatas fritas, que em inglês são chamadas de *french fries*, foram batizadas de “free fries” – fritas da liberdade.

Em Florença, na Itália, o presidente da Câmara, Dario Nardella, recebeu pedidos para desmontar a estátua de Dostoiévski, inaugurada na cidade para celebrar o segundo centenário do escritor. Em Londres, três companhias de balé russas, incluindo o Bolshoi, tiveram suas turnês no Reino Unido canceladas, numa reação de boicote cultural. O diretor da companhia de bailado do Teatro Stanislavski, em Moscou, o francês Laurent Hilaire, demitiu-se do cargo. Ainda vamos longe... •

BICENTENÁRIO

1822 2022



DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos
20

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
Documentação e
Memória Política
INSTITUÍDO EM 2001



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**

Saiba como criar um comitê
pt.org.br